



# Avaliação Ambiental Estratégica da 2.<sup>a</sup> revisão do Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada (AAE da rPDM\_PD)

Relatório Ambiental  
\_RESUMO NÃO TÉCNICO  
Versão Consulta Pública

## Ficha Técnica

Coordenação Técnica	Carla Melo   Sérgio Costa
Equipa Técnica	Ana Cristina Padilha Ana Paula Oliveira Ana Rita Valente Cláudia Medeiros Daniel Silva Filipe Martins Noémi Tomé Sérgio Almeida Susana Fernandes
Projeto	Avaliação Ambiental Estratégica da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada
Descrição do Documento	Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental _ Versão Consulta Pública
N.º de Páginas	40
Data	Maio 2026

## ÍNDICE

1. O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?.....	1
2. QUAL FOI A METODOLOGIA UTILIZADA? .....	2
3. QUAL O OBJETO DE AVALIAÇÃO E QUE TERRITÓRIO ABRANGE?.....	8
3.1 Breve descrição do Objeto de Avaliação.....	8
3.2 Breve enquadramento de âmbito territorial .....	10
3.3 Questões Estratégicas Ambientais e Sociais .....	14
4. QUAL A SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E QUAL A SUA EVOLUÇÃO SEM A IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE 2ª rPDM_PD? .....	16
4.1 FS Vulnerabilidades e Riscos.....	16
4.1.1 Síntese da situação atual .....	16
4.1.2 Tendências de Evolução sem 2ª rPDM_PD .....	16
4.2 FS Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais .....	17
4.2.1 Síntese da situação atual .....	17
4.2.2 Tendências de Evolução sem 2ª rPDM_PD .....	17
4.3 FS Recursos Naturais .....	17
4.3.1 Síntese da situação atual .....	18
4.3.2 Tendências de Evolução sem 2ª rPDM_PD .....	19
4.4 FS Ordenamento e Qualificação territorial .....	20
4.4.1 Síntese da situação atual .....	20
4.4.2 Tendências de Evolução sem 2ª rPDM_PD .....	21
4.5 FS Desenvolvimento Socioeconómico, Competitividade e Coesão Territorial.....	22
4.5.1 Síntese da situação atual .....	22
4.5.2 Tendências de Evolução sem 2ª rPDM_PD .....	22
5. QUAIS AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E EFEITOS MAIS SIGNIFICATIVOS DA PROPOSTA DA 2ª rPDM_PD?.....	24
6. QUE RECOMENDAÇÕES DA AAE DEVEM SER SEGUIDAS?.....	30
7. O QUE ACONTECE APÓS A APROVAÇÃO da 2ª rPDM_PD?.....	33
8. QUAIS AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES? .....	36



## 1. O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

O presente documento concretiza o **Resumo Não Técnico (RNT)** do **Relatório Ambiental (RA) – Versão Consulta Pública da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada (2ª rPDM\_PD)** e enquadra-se no disposto pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2025/A, de 29 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

A presente AAE foi estruturada de forma a fornecer um quadro de análise estratégica das oportunidades que podem ser valorizadas e das ameaças que será necessário acautelar com a 2ª rPDM\_PD de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e territorial da área de intervenção do plano.

A aplicação da AAE ao caso da 2ª rPDM\_PD é enquadrada pelo facto de este constituir-se como um instrumento de ordenamento com potenciais efeitos ambientais, sendo por isso fundamental uma adequada articulação e integração entre o processo de AAE e o processo de elaboração e implementação do próprio Plano, em harmonia com o conceito segundo o qual foi legalmente concebida.

A AAE vem, assim, incorporar a lógica de responsabilização, participação e transparência que determina que processos contínuos como os planos e programas de incidência territorial, que apresentam ciclos de decisão próprios e legalmente contextualizados, possam ser eficazmente elaborados, implementados e monitorizados.

## 2. QUAL FOI A METODOLOGIA UTILIZADA?

A Diretiva 2001/42/CE, que foi objeto de transposição através do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2025/A, de 29 de julho, é muito clara ao definir que o objetivo global de uma AAE consiste em:

*“estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável” (artigo 1.º).”*

O processo da AAE deve contribuir para a adoção dum conjunto de soluções e medidas que permitam reduzir os efeitos negativos mais significativos no ambiente que resultem da aplicação do Plano em avaliação.

Neste contexto, e em consonância com o Guia de Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica, a AAE visa três objetivos muito concretos:

- Encorajar a integração ambiental e de sustentabilidade (incluindo os aspetos biofísicos, sociais, institucionais e económicos), estabelecendo as condições para acomodar futuras propostas de desenvolvimento;
- Acrescentar valor ao processo de decisão, discutindo as oportunidades e os riscos das opções de desenvolvimento e transformando problemas em oportunidades;
- Alterar mentalidades e criar uma cultura estratégica no processo de decisão, promovendo a cooperação e o diálogo institucionais e evitando conflitos.

Em consonância com os objetivos preconizados, a AAE intervirá assim em duas fases da 2ª rPDM\_PD:

- Durante o seu processo de revisão:
  - Sistematizando o quadro de problemas ambientais atualmente existentes e a respetiva evolução tendencial, bem como o quadro de valores ambientais a preservar;
  - Identificando as opções de natureza estratégica que potenciem os efeitos positivos ou que minimizem os efeitos negativos mais significativos;
  - Promovendo a adoção de opções que contribuam eficazmente para a sustentabilidade do plano.
- Durante o seu processo de implementação e monitorização estratégica: através do desenvolvimento de ferramentas de avaliação e da formulação de recomendações, que assegurem uma efetiva concretização de objetivos de sustentabilidade da 2ª rPDM\_PD, durante o seu período de vigência.

O desenvolvimento e resultados deste processo são apresentados em sede do Relatório Ambiental (RA).

Formalmente, antes do início da Fase 3 (isto é, antes da implementação do Plano), será elaborada uma Declaração Ambiental (DA), que deverá ser entregue à DRAAC e a todas as ERAE, bem como disponibilizada ao público em geral, contemplando:

- A forma como as considerações e recomendações decorrentes do processo de AAE tenham sido integradas no Plano;
- As observações apresentadas durante o processo de participação pública e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificados os casos em que as mesmas não tenham sido acolhidas;
- As razões que tenham fundamentado a aprovação do Plano, face a outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo e avaliação previstas para monitorização dos efeitos significativos no ambiente, decorrentes da respetiva aplicação e execução da proposta de 2ª rPDM\_PD

Assim, e em conformidade com as orientações da legislação, a AAE apresenta três momentos distintos, cujo encadeamento é apresentado na Figura 2.1, sendo que o presente relatório constitui-se como um produto da Fase 2 da AAE.

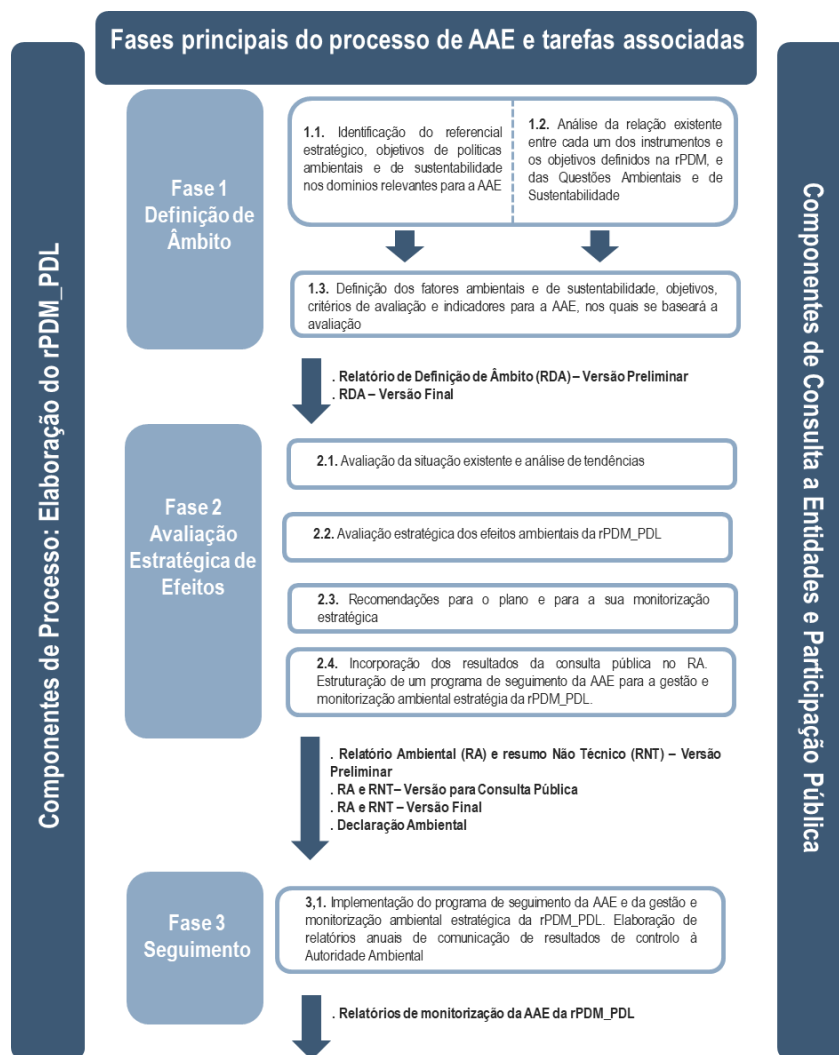


Figura 2.1 | Etapas da AAE

O processo de AAE foi então estruturado em torno de Fatores de Sustentabilidade (FS) (Quadro 2.2) selecionados de acordo com as especificidades do Plano, do Quadro de Referência Estratégico (QRE) orientador (que contém as principais políticas, programas e estratégias e que constitui o macro – enquadramento da avaliação, criando um referencial, e reúne objetivos de política ambiental, social e de sustentabilidade adotadas na aplicação das políticas, planos e programas internacionais, nacionais e regionais, para além dos de índole estratégica e sectorial e do território em questão (Quadro 2.1)), quer ao nível da caracterização da situação atual, quer na avaliação estratégica dos efeitos da implementação da 2ª rPDM\_PD.

**Quadro 2.1 | Quadro de Referência Estratégico da AAE**

Quadro de Referência Estratégico
<b>Documentos de Referência Internacionais</b>
Agenda Territorial 2030 (AT2030)
Declaração de Toledo (2010) (DT)
Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano (ETAU)
Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)
Estratégia Europeia para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN)
Estratégia Europeia para as Regiões Ultraperiféricas (RUP)
Crescimento azul: oportunidades para um crescimento marinho e marítimo sustentável
Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM)
<b>Documentos de Referência Nacionais</b>
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)
Plano Nacional integrado Energia Clima 2021-2030 (PNEC 2021-2030)
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)
Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)
Alteração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (Alteração PNPOT)
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050)
Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2021-2030
Estratégia Nacional para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENGIZC)
Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030)
Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho 2024-2028 (PALM2028)
Plano de Ação da Estratégia Nacional para o Mar (PA-ENM) 2021-2030.
<b>Documentos de Referência Regionais</b>
Agenda para a Economia Circular dos Açores (AECA)
Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE2030)
Estratégia de Gestão da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (EGRAMPA)
Estratégia Florestal dos Açores (EFRAA)
Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica dos Açores e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na Região Autónoma dos Açores (EDABA-PA)
Estratégia Regional para as Alterações climáticas (ERAC)
Objetivos de qualidade de paisagem e orientações para a gestão da paisagem – Adaptação da Convenção Europeia da Paisagem à RAA (adaptação da CEP à RAA)
Plano de Ação 2019-2030 da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores (PASDTA)
Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 (PGRH-Açores 2022-2027)
Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2022-2027 (PGRIA 2022-2027)

### Quadro de Referência Estratégico

Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores (PGSE-Açores)
Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Subdivisão dos Açores (PSOEM-Açores)
Plano de Transportes para os Açores 2021-2030 (PTA)
Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores (PMEA)
Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+)
Programa Regional da Água (PRA)
Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores 2030 (PEMTA 2030)
Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da RAA (PSRN2000 RAA) (em revisão)
Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas na Região Autónoma dos Açores (PAE)
Programa Regional Açores 2030 (Açores 2030)
Programa Regional para as Alterações Climáticas dos Açores (PRAC)
Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores 2050 (RNCA 2050)
Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) (em revisão - Plano Desenvolvimento Territorial do Turismo dos Açores (PDTA))
Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de São Miguel (POOC São Miguel)
Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica das Lagoas das Sete Cidades (POBHL Sete Cidades)
Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica das Lagoas do Fogo, do Congro, de São Brás e da Serra Devassa (POBHL São Miguel)
Plano Gestão das Áreas Terrestres do Parque Natural da Ilha de São Miguel (PGPNISM)
Documentos de Referência no Concelho
Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação de Ponta Delgada 2020-2023 (PMIND PD 2020-2023)
Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Ponta Delgada 2017-2021 (PEDT PD 2017-2021)
Estratégia Cultural de Ponta Delgada 2030
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)
Plano de Urbanização (PU) de Ponta Delgada (PU Ponta Delgada)
Plano de Pormenor (PP) da Canada dos Valados (PP Canada dos Valados)
Plano de Mobilidade Sustentável de Ponta Delgada (PMS)
Estratégia Ponta Delgada 2030 (PD 2030)
Plano Municipal de Ação Climática de Ponta Delgada (PMAC Ponta Delgada)

Quadro 2.2 | Fatores de Sustentabilidade: descrição e critérios de avaliação para a AAE da proposta de 2ª rPDM\_PD

Fatores de Sustentabilidade	Pertinência	Crítérios de Avaliação
<b>Vulnerabilidades e Riscos</b>	Avaliar os efeitos que a 2ª rPDM_PD terá sobre a prevenção e/ou minimização das situações de risco (naturais e tecnológicos), capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas, eliminação das dissonâncias ambientais – e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos.	<b>Riscos Naturais:</b> De que forma a estratégia adotada pela 2ª rPDM_PD contribui para a redução dos riscos naturais do concelho?
		<b>Riscos Tecnológicos:</b> De que forma a estratégia adotada pela 2ª rPDM_PD contribui para a redução dos riscos tecnológicos do concelho?
		<b>Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas:</b> Qual o contributo da 2ª rPDM_PD para a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas?

Fatores de Sustentabilidade	Pertinência	Crítérios de Avaliação
		<b>Dissonâncias Ambientais:</b> De que forma a 2ª rPDM_PD contribui para a redução e/ou eliminação das dissonâncias ambientais existentes no concelho?
<b>Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais</b>	Avaliar os efeitos das opções estratégicas da 2ª rPDM_PD ao nível da preservação, gestão e valorização dos espaços naturais existentes, tendo em conta a importância e fragilidade dos ecossistemas e espécies presentes.	<b>Áreas naturais e ecossistemas:</b> Qual o contributo da 2ª rPDM_PD para a melhoria das funções ecológicas das áreas naturais, quer pela aptidão demonstrada para a conservação dos ecossistemas presentes, quer na melhoria da qualidade de vida?
	Este fator permitirá igualmente avaliar os efeitos das opções estratégicas da revisão da 2ª rPDM_PD ao nível da promoção da qualidade paisagística e da preservação do património não classificado arquitetónico e cultural existente na área de intervenção.	<b>Paisagem:</b> Qual o contributo da 2ª rPDM_PD para a salvaguarda e valorização dos valores paisagísticos presentes?
		<b>Património cultural e natural:</b> Qual o contributo da 2ª rPDM_PD para a salvaguarda e valorização dos valores patrimoniais existentes no concelho?
<b>Recursos Naturais</b>	Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da 2ª rPDM_PD ao nível da preservação, gestão e utilização sustentável dos recursos naturais existentes, tendo em conta a importância destes para a área de intervenção e restante Região.	<b>Recursos Hídricos:</b> De que forma a 2ª rPDM_PD contribui para a gestão dos recursos hídricos?
		<b>Energia:</b> Qual o contributo da 2ª rPDM_PD para o reforço da capacidade instalada e diversificação no uso de fontes de energia renováveis pelo sistema electroprodutor de eletricidade, e aquisição de eficiência energética no parque edificado público e privado e outros equipamentos públicos?
		<b>Solo:</b> De que forma a 2ª rPDM_PD, e as suas políticas de proteção do solo e ordenamento do território, promovem a gestão adequada dos solos?
		<b>Recursos agroflorestais:</b> De que forma a 2ª rPDM_PD promove uma gestão adequada dos recursos agroflorestais contribuindo para a sua proteção, capacidade produtiva, e aproveitamento material ou energético dos resíduos orgânicos potenciando a circularidade local e regional?
		<b>Recursos geológicos:</b> Qual o contributo da revisão do PDM para a identificação e exploração dos recursos geológicos, visando a sua valorização e utilização apropriada e acompanhando o funcionamento dos respetivos mercados, empresas e produtos?
<b>Ordenamento e Qualificação territorial</b>	Avaliar os efeitos das estratégias da 2ª rPDM_PD na qualificação do solo, com especial foco para a contenção do perímetro urbano, salvaguarda de áreas de expansão da atividade industrial fora de áreas habitacionais consolidadas e qualificação do solo rústico	<b>Qualificação do solo:</b> Avaliar os efeitos das estratégias da 2ª rPDM_PD na qualificação do solo rústico, garantindo a adequada execução das políticas e programas regionais que promovem o desenvolvimento agrícola
		Qual o contributo da 2ª rPDM_PD para a qualificação e coesão territorial, bem como para a consolidação do perímetro urbano?
	Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da 2ª rPDM_PD ao nível do reforço das condições dos serviços e redes de infraestruturas básicas como a rede viária, meios de transporte, ou serviços ambientais de abastecimento de água, saneamento, e gestão de resíduos de modo a melhorar os índices de qualificação do território.	<b>Serviços e infraestruturas ambientais:</b> Qual o contributo da 2ª rPDM_PD para a dotação do concelho com serviços e infraestruturas ambientais adequadas às necessidades existentes, contribuindo para a promoção de boas práticas, ecoeficiência e melhoria dos níveis de salubridade, saúde e bem-estar da população?
		<b>Transportes e Mobilidade:</b> Qual o contributo da 2ª rPDM_PD para satisfação das necessidades de locomoção da população, gestão de tráfego e estacionamento, reforço da mobilidade suave no território, melhoria da qualidade do serviço de transportes públicos e resposta aos desafios de descarbonização e introdução de energias alternativas?

Fatores de Sustentabilidade	Pertinência	Crítérios de Avaliação
<b>Desenvolvimento Socioeconómico, Competitividade e Coesão Territorial</b>	Avaliar os efeitos da 2ª rPDM_PD ao nível do reforço do desenvolvimento social, económico e da competitividade do concelho em matéria de atração de residentes, de empresas e de investimento, contrariando as assimetrias existentes entre a cidade e as freguesias rurais.	<b>População:</b> Qual o contributo da 2ª rPDM_PD para a dinamização social económica das freguesias rurais?
	Avaliar os efeitos da 2ª rPDM_PD na contenção das perdas populacionais e no aumento da atratividade e multifuncionalidade do território.	<b>Turismo:</b> Qual o contributo da 2ª rPDM_PD para a diversificação e sustentabilidade do setor do turismo?
	Avaliar os efeitos da 2ª rPDM_PD na política de habitação municipal, na diversificação e sustentabilidade da atividade turística.	<b>Outras atividades económicas:</b> Qual é o contributo da 2ª rPDM_PD para a dinamização do tecido empresarial e valorização dos recursos endógenos?

Para além dos FS acima referidos, considerou-se pertinente abordar a Governança e Governação para a Ação e o Contributo para os ODS 2030 e análise aos Serviços dos Ecossistemas como Fatores Transversais de Sustentabilidade (FTS), dada a sua importância e caráter fundamental a salvaguardar pela 2ª rPDM\_PD para a sustentabilidade de um território como o de Ponta Delgada e por serem resultado da análise conjunta e contributo conjunto dos outros FS propostos.

Por sua vez, e após a seleção das diferentes alternativas a adotar, a análise mais pormenorizada da proposta de plano foi desenvolvida por FS, o que permitiu condensar a avaliação estratégica de efeitos através:

- Da avaliação da situação existente;
- Das tendências de evolução na ausência de implementação da elaboração da proposta de 2ª rPDM\_PD;
- Da avaliação das linhas estruturantes preconizadas no plano, para os diferentes objetivos estratégicos propostos, em termos das oportunidades e ameaças para a sustentabilidade;
- Da definição de objetivos, indicadores e a elaboração de recomendações para a fase de gestão e monitorização estratégica de 2ª rPDM\_PD.

Adicionalmente, o cumprimento dos pressupostos de uma AAE pressupõe uma significativa capacidade de articulação e interação entre a equipa do Plano e a equipa da AAE, que possibilitarão uma análise transversal continuada das questões estratégicas e das opções de planeamento.

Assim, para além dos momentos formalmente definidos para a discussão das diferentes fases, foi promovida uma articulação eficaz para a resolução de problemas identificados e adoção atempada de medidas de mitigação, por forma a dotar o processo de uma componente prática e de aplicabilidade significativa.

## 3. QUAL O OBJETO DE AVALIAÇÃO E QUE TERRITÓRIO ABRANGE?

### 3.1 Breve descrição do Objeto de Avaliação

O PDM de Ponta Delgada em vigor foi publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2007/A de 13 de agosto, e desenvolvido ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de maio, diploma que adaptou à Região Autónoma dos Açores (RAA) o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro – o então Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, revogado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

A 2ª rPDM\_PD constitui uma oportunidade para, entre outras correções decorrentes da adequação a planos/programas ou legislação superveniente. Nesse sentido, importa efetuar um balanço das principais debilidades do regulamento e corrigi-las com base na experiência que resulta de mais de uma década de aplicação do mesmo.

De acordo com REOT (2020), a pré-proposta de 2ª rPDM\_PD deve apresentar um conjunto de aspetos como:

- Conhecimento do território e das suas dinâmicas, bem como das expectativas que sobre ele recaem;
- Balanço efetuado ao PDM em vigor traduzido no respetivo Relatório de Estado do Ordenamento do Território, onde se identificam as principais alterações a realizar no âmbito da revisão;
- Necessidade de compatibilização com outros instrumentos de gestão territorial;
- Objetivos definidos para a revisão;
- Desafios que se colocam ao território incorporando por exemplo os riscos e outras dimensões fundamentais para a sustentabilidade;
- Novo enquadramento legal do ordenamento do território;
- Experiência e nas boas práticas de gestão que permitirão melhorar os mecanismos de execução do plano.

Assim, constituem objetivos da 2ª rPDM\_PD os seguintes:

1. Consolidar o papel da cidade de Ponta Delgada como principal polo aglutinador e dinamizador do concelho, da ilha de São Miguel e do arquipélago dos Açores;
2. Traduzir no modelo de ordenamento as opções da política de habitação regional e municipal, em especial, o reforço da oferta de habitação, mantendo a aposta na reabilitação e revitalização urbanas e a proteção do património edificado;
3. Criar condições de suporte à dinamização da base económica, através da afinação das normas de uso e de edificabilidade ajustadas aos diferentes setores, incentivando a desconcentração do emprego no território concelhio pela promoção a requalificação dos espaços industriais e empresariais existentes;
4. Valorizar e garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e o ambiente típico da paisagem açoriana, minimizando as situações de risco de pessoas e bens;
5. Fomentar a integração funcional das áreas urbanas com a cidade de Ponta Delgada, nos mais diversos domínios, numa perspetiva de um desenvolvimento em rede, consolidando os núcleos numa lógica de rentabilização dos investimentos públicos;

6. Expandir a rede de equipamentos, infraestruturas e serviços públicos a todos as áreas urbanas, num quadro de funcionamento em rede e de proximidade, minimizando assimetrias e reforçando a competitividade geral do concelho em matéria de atratividade à população;
7. Ajustar o modelo de ordenamento considerando as opções da política de habitação regional e municipal, mantendo a aposta na reabilitação e revitalização urbanas e a proteção do património edificado;
8. Diversificar a oferta turística e promover o desenvolvimento do setor em todo o concelho, reduzindo a dicotomia entre a cidade e as freguesias rurais;
9. Garantir a articulação do modelo de ordenamento com as opções do Plano para a Mobilidade Sustentável do concelho, promovendo uma qualificação progressiva do espaço público e das respetivas condições de acessibilidade universal;
10. Promover a atualização do instrumento de gestão territorial, garantindo a sua articulação e compatibilização com os programas e planos aplicáveis no concelho, especialmente os de natureza setorial e especial;
11. Controlar a poluição ambiental e sonora.

Neste contexto, o programa de execução da 2ª rPDM\_PD integra um conjunto de projetos propostos para o concelho de Ponta Delgada, que se distribuem entre a iniciativa municipal e iniciativa privada. A rede de projetos conta com um total de 91 projetos, identificados na tabela seguinte, e que se distribuem por seis (6) temáticas: habitação, equipamentos sociais, acessibilidades e transportes, requalificação e valorização paisagista e ordenamento do território.

**Quadro 3.1 | Rede de objetivos e projetos**

N.º	Objetivos / Projetos
<b>Temática: Habitação</b>	
1	Edifício(s) Multifamiliar(es), sito à Rua Bento José Morais, S. Pedro
2	Construção de Edifícios Habitacionais Multifamiliares sitos ao Calço da Má Cara, São Sebastião
3	Edifício(s) Multifamiliar(es), sito à Rua Agostinho Cymbron, Fajã de Baixo
4	Operação de loteamento e de construção de 8 habitações unifamiliares, sitas à Rua Nossa Senhora dos Remédios, Remédios
5	Operação de loteamento e de construção de 6 habitações unifamiliares, sitas à Rua do Passal E.R., Mosteiros
6	Operação de loteamento e de construção de 5 habitações unifamiliares, sitas à Rua da Carreira, Ginetes
7	Construção de edifícios habitacionais multifamiliares na Rua Padre Joaquim, São José
8	Reabilitação de Edifício sito à Rua Infante D. Henrique, Fajã de Cima
9	Construção de Edifícios Habitacionais Multifamiliares na Rua Cardeal Humberto Medeiros, Arrifes
10	Construção de Oito Fogos sitos ao Beco do Patrício, Fajã de Cima
11	Edifícios Multifamiliares sitos à Rua Vaz de Medeiros, Fajã de Baixo
12	Edifício Multidisciplinar da Freguesia da Relva
13	Construção de 6 Habitações Unifamiliares, sitas à Avenida da Igreja, n.º 53, Relva
14	Reabilitação de Edifício Multifamiliar sito à Rua da Arquinha
15	Projeto piloto de produção de cartografia de pormenor de áreas ameaçadas por desgaseificação difusa
<b>Temática: Equipamentos sociais</b>	
16	Beneficiação da Escola EB1/JI Cecília Meireles, Fajã de Cima
17	Beneficiação da Escola EB1/JI de Capelas
18	Beneficiação da Escola EB1/JI de São Vicente Ferreira
19	Construção de Centro Ocupacional no 3.º Beco da Arquinha, São Sebastião
20	Ampliação e Reabilitação da Escola EB1/JI de Fenais da Luz
21	Projeto da Unidade Estratégica de Desenvolvimento Urbano (Edifício Rua de São João)
<b>Temática: Acessibilidades e Transportes</b>	
22	Parque de Estacionamento Av Infante D Henrique
23	Construção de Parque de Estacionamento na Rua da Cidade, Fenais da Luz
24	Construção de Parque de Estacionamento na Rua Rosa Jacinta, Fajã de Cima
25	Construção de Parque de Estacionamento e Repavimentação da Rua da Glória, Livramento
26	Pavimentação do Parque de Estacionamento da Má Cara

N.º	Objetivos / Projetos
27	Requalificação Urbanística do Eixo São Gonçalo
28	Requalificação da Estrada do Rebutão – Fajã de Cima / Fenais da Luz
29	Construção de Via Arribanas
30	Prolongamento Av. D João III
31	Prolongamento Av. Fernão Jorge
32 a 73	Construção de vias
<b>Temática: Requalificação e valorização paisagista</b>	
74	Beneficiação e Ordenamento da Praia das Milícias e Pópulo
75	Beneficiação e Ordenamento da Praia dos Mosteiros
76	Eco Via do Norte
77	Requalificação Urbanística da Orla Costeira de Santa Clara
<b>Temática: Infraestruturas de Saneamento Básico</b>	
78	Reforço da rede de abastecimento de água e saneamento no Município
79	Recolha seletiva de resíduos porta-a-porta
<b>Temática: Ordenamento do Território</b>	
80	Elaboração do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Ponta Delgada
81	Elaboração de um guia de boas práticas urbanísticas e apoio à aplicação do PDM
82 a 93	UOPG - UOPG 1 – Belém Sul, UOPG 2 – Lagedo Norte, UOPG 3 – Belém Norte, UOPG 4 – São Gonçalo Norte, UOPG 5 – Levada, UOPG 6 – Santa Catarina, UOPG 7 – Paim, UOPG 8 – Livramento / Pópulo, UOPG 9 – Pico do Funcho, UOPG 10 – São Roque, UOPG 11 – Fajã de Cima e UOPG 12 – Calheta

A descrição mais detalhada dos projetos pode ser consultada no Volume III das peças da proposta de 2ª rPDM\_PD.

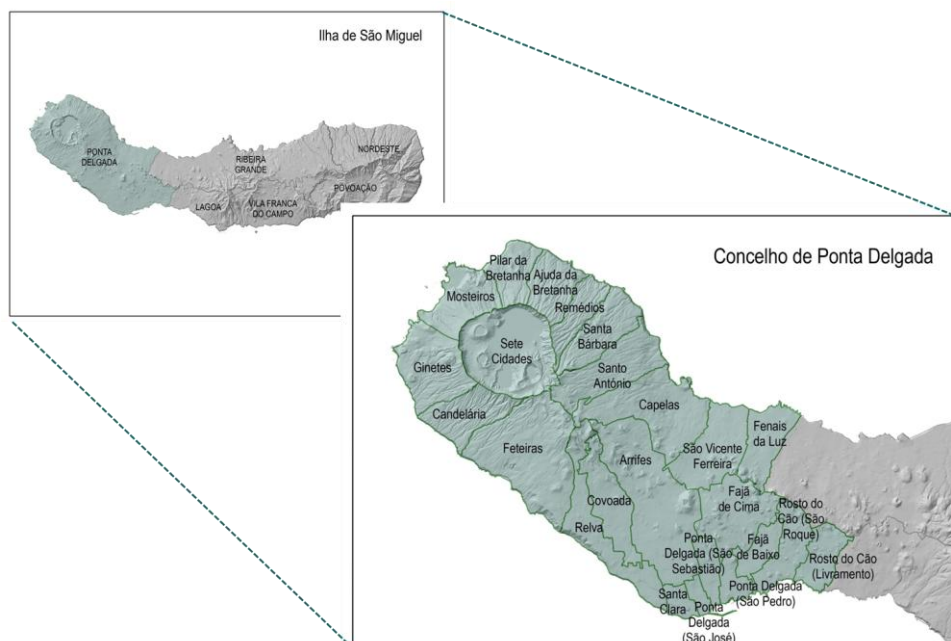
A avaliação de efeitos incide, assim, sobre os objetivos materializados no programa de execução, na planta de ordenamento e regulamento da proposta de 2ª rPDM\_PD.

### 3.2 Breve enquadramento de âmbito territorial

Importa referir que em sede de Relatório Ambiental a caracterização do território do concelho de Ponta Delgada será desenvolvida com maior grau de pormenor, constituindo-se o presente capítulo uma breve caracterização do concelho e a identificação dos Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças identificadas pela equipa responsável pela elaboração da 2ª rPDM\_PD.

O concelho de Ponta Delgada localiza-se no grupo oriental da Região Autónoma dos Açores, no extremo poente da ilha de São Miguel, fazendo limite com os concelhos de Lagoa e da Ribeira Grande.

O concelho, com uma área de 230km<sup>2</sup>, é constituído por 24 freguesias: Arrifes, Ajuda da Bretanha, Candelária, Capelas, Covoada, Fajã de Baixo, Fajã de Cima, Fenais da Luz, Feteiras, Ginetes, Livramento, Mosteiros, Pilar da Bretanha, Relva, Remédios, Santa Bárbara, Santa Clara, Santo António, São José, São Pedro, São Roque, S. Sebastião, São Vicente Ferreira e Sete Cidades.



**Figura 3.1 | Enquadramento Territorial da Área de Intervenção – ilha de São Miguel - Concelho de Ponta Delgada**

De acordo com REOT (2020), o concelho de Ponta Delgada apresenta uma população residente de aproximadamente 68.000 habitantes (SRE, 2018), apresentando assim uma densidade de 292 habitantes por km<sup>2</sup>, a segunda mais alta no contexto da RAA (apenas ultrapassada pelo concelho de Lagoa que apresenta 322 habitantes por km<sup>2</sup>). Concentra assim atualmente cerca de metade da população da ilha de São Miguel, quase um terço da população da RAA e 27% das empresas regionais (REOT Ponta Delgada, 2020).

Apresenta-se, sob a forma de uma matriz SWOT, o diagnóstico estratégico do concelho de Ponta Delgada que se assume como síntese das caracterizações setoriais, refletindo, de uma forma integrada, as características dominantes do território e as expectativas e pressões sobre ele existentes (Quadro 3.2).

**Quadro 3.2 | SWOT do concelho de Ponta Delgada**

Análise SWOT	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência de princípios, metas e objetivos a cumprir com aplicação dos planos regionais, sectoriais e estratégicos permitirão a definição de estratégias de ordenamento e desenvolvimento integradas;</li> <li>▪ Posição geoestratégica e existência de uma Zona Económica Exclusiva;</li> <li>▪ Parte relevante do território coberta por figuras de proteção e ordenamento;</li> <li>▪ Orientações precisas para a revisão da classificação do solo estabelecidas na PROTA;</li> <li>▪ Entre 2011 - 2021 o município de Ponta Delgada registou um saldo natural positivo, apesar de ter vindo a reduzir, sendo que entre 2022 – 2024 apresentou um saldo natural negativo. A taxa de natalidade, apesar de um ligeiro decréscimo (2011 com 11,3‰ e 2024 com 8,5‰), mantém-se sempre positiva. A taxa de mortalidade entre 2011 e 2021 manteve-se inferior à taxa de natalidade. Entre 2022 e 2024 a taxa de mortalidade superou a taxa de natalidade, em 2024 a taxa de mortalidade foi de 9 ‰ e a taxa de natalidade 8,5 ‰ para o mesmo período.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Baixo nível de execução das intervenções previstas no PDM em vigor;</li> <li>▪ Incapacidade do município para atrair novos residentes;</li> <li>▪ Aumento do índice de envelhecimento na Ilha de São Miguel em 2021 face a 2011;</li> <li>▪ As freguesias da cidade de Ponta Delgada eram as mais envelhecidas, segundo o último censo;</li> <li>▪ Presença de assimetrias no concelho relativamente ao grau de qualificação dos residentes, com piores qualificações sobretudo nas freguesias do setor poente, caracterizado por um povoamento mais rural;</li> <li>▪ A taxa de desemprego total em 2021, situava-se nos 7,8%;</li> <li>▪ Redução significativa da quantidade de água disponível no Verão obrigando a utilização de 4 furos de recurso, um dos quais com problemas na qualidade da água captada;</li> </ul>

### Análise SWOT

#### Pontos Fortes

- Entre 2011 – 2019 o saldo migratório foi sempre negativo (-145 indivíduos em 2019), contrastando com o saldo migratório positivo entre 2020 – 2023 (386 indivíduos em 2023);
- No ano 2021 residiam em Ponta Delgada 67. 299 indivíduos. Menos 1580 indivíduos do que no período de 2011. A apresentando uma taxa de variação de -2,3%.
- As estimativas do Instituto Nacional de Estatística para o ano 2024 apontam para uma recuperação e estabilização da população residente nos 69.038 residentes.
- Estrutura etária muito semelhante à da Ilha de São Miguel e ligeiramente mais jovem que a da RAA;
- Número de jovens com menos de 24 anos é superior ao número de idosos com 65 ou mais anos;
- Níveis de qualificação dos residentes do concelho superiores à média regional ou mesmo da ilha de São Miguel, com o aumento das taxas de escolarização no ensino secundário e superior;
- Taxa de atividade total no município de Ponta Delgada mais elevada que a média sub-regional e regional;
- Tendência para decréscimo do número de inscritos nos centros de emprego: Em dezembro de 2025 estavam inscritos 1.114 desempregados do concelho de Ponta Delgada, o que representa 26,9% do total de 4.146 desempregados inscritos na RAA. Em maio de 2024 estavam inscritos nos Serviços Públicos de Emprego da Região Autónoma dos Açores 4.441 pessoas à procura de primeiro e novo emprego. No concelho de Ponta Delgada estavam inscritos 1.292 desempregados, o que corresponde a cerca de 41% do total de inscritos na Ilha de São Miguel e 29% do total de inscritos na RAA. Face a igual período de 2023, significou um decréscimo de -7,6% no número de inscritos.
- Quanto ao emprego, em 2024, o número de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras no município de Ponta Delgada ascendeu a 33 645 trabalhadores, o que corresponde a cerca de 64% do total do emprego registado na Ilha de São Miguel (52 455 trabalhadores).
- A estrutura do emprego evidencia o peso dominante do setor do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, que concentra 16% do emprego em Ponta Delgada (5 452 trabalhadores), seguido do alojamento, restauração e sim, com 23% (7 830 trabalhadores), percentagem superior à observada no conjunto da ilha (21%).
- Maior densidade de oferta de alojamento turístico da região (o concelho concentra 26% dos empreendimentos turísticos e 39% das camas da região);
- Aumento da atratividade turística da região reforçada na última década, especialmente a partir de 2015, devido ao aparecimento dos voos lowcost do Continente para São Miguel (Ponta Delgada) e da animação complexo "Portas do Mar"
- Rede de equipamentos coletivos bastante disseminada e com bom nível de cobertura no concelho;
- Disponibilidades hídricas subterrâneas passíveis de suprimir as necessidades de abastecimento público, a par da qualidade das águas subterrâneas compatível com o uso para consumo humano;
- Totalidade da população do município servida pelos sistemas públicos abastecida por água tratada;
- Aumento do número de pontos de controlo da qualidade da água fornecida para consumo humano, registando-se uma melhoria significativa da qualidade da água;
- Aumento progressivo da valorização dos resíduos urbanos na ilha de São Miguel, sendo Ponta Delgada responsável pela valorização orgânica de 39% dos resíduos da ilha com este destino final, em 2017;
- Rede elétrica assegura o fornecimento de energia elétrica a todas as localidades do concelho;
- Atual configuração da rede viária responde na generalidade às necessidades de deslocação da população e assegura a ligação entre os principais aglomerados urbanos, porto e aeroporto da ilha;
- O porto de Ponta Delgada constitui um elemento vital no sistema de transporte marítimo regular de mercadorias, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 7/2006, de 4 de janeiro, ao abrigo de um regime de obrigações de serviço público, previsto no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 3577/92, funcionando como o ponto central do sistema de transporte, sendo normalmente o primeiro porto de escala nas rotas com

#### Pontos Fracos

- Apenas 65,8% da população do município se encontra efetivamente ligada a sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas;
- Inexistência de redes separativas de drenagem de águas pluviais;
- 71% dos resíduos urbanos recolhidos no município são encaminhados para aterro;
- Necessidade de investimento na construção de alternativas às vias que atravessam alguns núcleos urbanos e de consolidação da rede na cidade;
- O incremento da mobilidade ativa depende de investimentos previstos no PMS para a ampliação da rede ciclável e melhoria das condições de circulação pedonal;
- Paisagem com grande vulnerabilidade natural associada a riscos naturais diversos, como por exemplo a erosão dos solos em áreas espaciais significativas;
- Maioria do território classificado de risco sísmico moderado a elevado;
- Morfologia litoral marcada por fenómenos erosivos que podem traduzir-se em formas de instabilidade acentuada;
- Envolve à caldeira das Sete Cidades e vertentes associadas classificadas como zonas de elevada suscetibilidade à ocorrência de movimentos de vertentes;
- Frente litoral da cidade de Ponta Delgada particularmente sujeita ao potencial avanço do mar;
- Potencial de erosão hídrica dos solos em áreas espaciais significativas, principalmente na zona central do concelho;
- Problemas de invasão por plantas invasoras;
- Ausência do controlo de alguns percursos pedonais na proximidade de áreas com especial interesse para a conservação da natureza;
- Fraca hierarquização da rede urbana municipal, polarizada pela sede de concelho;
- Muitas áreas do povoamento marcadas por elevado nível de dispersão da edificação;
- Percentagem de alojamentos familiares vagos muito superior à média regional, significando risco de degradação e abandono de edifícios;
- Habitações construídas em zonas com risco natural;
- Necessidade de reajustar diversas áreas do solo urbano em extensas áreas não ocupadas e não infraestruturadas, com consequente perda de edificabilidade pelos particulares;
- Expectativas da população no aumento dos perímetros urbanos e aumento dos parâmetros de edificação;
- Reduzida presença de espaços verdes em meio urbano;
- Reduzida diversificação funcional dos núcleos do 2º e 3º nível da rede urbana;
- Reduzido peso do regime de arrendamento no acesso à habitação.

Análise SWOT	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>origem nos portos continentais de Leixões e Lisboa e o último antes da rota com destino aos referidos portos continentais;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O porto de Ponta Delgada constitui o principal porto de importações e de exportações da Região Autónoma dos Açores e é responsável por cerca de 65% da mercadoria movimentada pelo conjunto dos portos açorianos;</li> <li>▪ Também ao nível de escalas de navios de cruzeiros, o porto de Ponta Delgada apresenta-se como o principal porto da Região Autónoma dos Açores, com volumes anuais de passageiros de cruzeiros superior a 100 mil passageiros, mais de 50 mil tripulantes e à volta de 80 escalas anuais;</li> <li>▪ Outra valência importante do porto de Ponta Delgada é a marina de recreio náutico, com uma capacidade de cerca de 500 pontos de acostagem, recebendo anualmente cerca de 1.000 iates em viagens intercontinentais e mais de 12.000 tripulantes;</li> <li>▪ Por fim, de referir que é devido ao porto de Ponta Delgada que é possível a existência de um núcleo de pescas em Ponta Delgada, dotado de lota e de entreposto frigorífico.</li> <li>▪ Infraestrutura aeroportuária de importância regional, cuja ampliação responde a uma procura estimada, em 2035, superior a 3,5 milhões de passageiros, podendo chegar aos 7 milhões;</li> <li>▪ De acordo com os dados de 2024, o número de empresas não financeiras sediadas em Ponta Delgada aumentou para 9 276, reforçando o seu peso relativo no contexto insular, ao representar cerca de 57% do total de empresas não financeiras da Ilha de São Miguel (16 281 empresas).</li> <li>▪ A distribuição das empresas não financeiras sediadas no município de Ponta Delgada por setor de atividade económica revela um predomínio das empresas ligadas ao setor das atividades administrativas e dos serviços de apoio, que concentram 14% do total (1 344 empresas). Segue-se o setor do alojamento, restauração e similares, com 13% (1 212 empresas), e o setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, que representa 11% (978 empresas).</li> <li>▪ Aquífero de Ponta-Delgada-Fenais da Luz com a maior produtividade da ilha de S. Miguel, tanto em termos totais de recursos como em termos de recurso explorável;</li> <li>▪ Captações para consumo humano associadas a 444 nascentes e 4 furos;</li> <li>▪ Peso significativo da ocupação agrícola do solo, em particular, com pastagens permanentes e prados;</li> <li>▪ Presença significativa de vegetação característica de galerias ripícolas;</li> <li>▪ Paisagem diversificada, com forte identidade e de grande qualidade;</li> <li>▪ Relevância do património natural reconhecida com a criação do Parque Natural de Ilha e classificação de nove áreas protegidas;</li> <li>▪ Elevada importância do território litoral para a nidificação de espécies de aves marinhas, reconhecida pelos estatutos de conservação existentes;</li> <li>▪ Área de paisagem protegida das Sete Cidades eleita uma das 7 maravilhas de Portugal;</li> <li>▪ Modelo de povoamento tradicional, sobretudo das zonas urbanas de maior dimensão, com características compactas;</li> <li>▪ Boa integração paisagística dos padrões de edificação existentes;</li> <li>▪ Necessidade de requalificação do solo afeto a equipamentos não concretizados com potencial de libertação de áreas do solo urbano infraestruturado para edificação de iniciativa privada;</li> <li>▪ Elevado número de imóveis com valor patrimonial no maior núcleo urbano do concelho;</li> <li>▪ Controlo conseguido da construção de maior volumetria, centrando-se exclusivamente na cidade.</li> </ul>	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Consagração da ilha de São Miguel como um destino turístico de referência em diversos instrumentos de política e planeamento;</li> <li>▪ Atualização progressiva de todos os IGT de âmbito regional;</li> <li>▪ Enquadramento estratégico de referência municipal atual, com especial enfoque nas temáticas da habitação e mobilidade;</li> <li>▪ Novo enquadramento legal dos IGT, em especial dos PMOT, e de critérios urbanísticos de aplicação a nível nacional;</li> <li>▪ Revisão do PDM enquanto oportunidade para melhorar o principal instrumento de controle das operações urbanísticas;</li> <li>▪ Implementação de políticas de reabilitação geradoras de incentivos à renovação do parque edificado e à qualificação do ambiente urbano;</li> <li>▪ Financiamentos comunitários para o desenvolvimento regional;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conjuntura económica nacional e regional não favorece políticas de investimento;</li> <li>▪ Efeitos das alterações climáticas;</li> <li>▪ Agravamento da tendência global de decréscimo da população residente no município;</li> <li>▪ Aumento da sazonalidade da procura turística;</li> <li>▪ Incapacidade de reter os visitantes como consequência no aumento da capacidade turística dos concelhos vizinhos;</li> <li>▪ Saldo negativo dos movimentos pendulares, que se traduz numa perda de centralidade do concelho na ilha nomeadamente a nível do emprego;</li> </ul>

### Análise SWOT

#### Pontos Fortes

- Valorização socioeconómica do ambiente pelo seu papel na paisagem rural e equilíbrio dos territórios;
- Empresarialização de alguns serviços relacionados com a paisagem e a sua fruição e conservação;
- Possibilidade e potencial para produzir, explorar e valorizar novos produtos e serviços regionais de elevada qualidade e diferenciados;
- Concretização do sistema de adução e armazenamento entre os Reservatórios Santo António II e Lagoa do Conde que permitirá um melhor aproveitamento do excedente da água das nascentes;
- Construção da ETAR de Nordela que contempla a transformação das estações de gradagem da Vila Nova e de Santa Clara em duas estações elevatórias, eliminando estes dois pontos de rejeição de efluentes no mar;
- Entrada em funcionamento das restantes infraestruturas de tratamento de resíduos do Ecoparque, nomeadamente, a Central de Valorização Energética (CVE), que permita aumentar a quantidade de resíduos valorizados, cumprindo as metas do PEPGRA;
- Implementação dos projetos estruturantes previstos no Plano Estratégico de Desenvolvimento no âmbito da mobilidade e eficiência energética;
- Reforço das acessibilidades intermunicipais, que permitirá melhorar a articulação entre os principais centros urbanos da ilha;
- Aposta na requalificação das rodovias existentes e implementação dos eixos estruturantes da cidade;
- Promoção de ações de sensibilização para a adequada gestão de resíduos, uso eficiente da água e aplicação das boas práticas agrícolas;
- Melhoria do conhecimento sobre riscos naturais;
- Sensibilização para a preservação do património natural;
- Implementação das medidas previstas no Eixo E do PEPAC para o desenvolvimento rural, incluindo: florestação de terras agrícolas; implantação e recuperação ou renovação de sistemas agroflorestais; melhoria da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais; incremento do valor económico das florestas; pagamento de compromissos silvoambientais e pagamentos de compensação por áreas florestais Natura 2000.
- Riqueza paisagística inerente aos recursos hídricos com potencialidades de valorização do ponto de vista turístico;
- Implementação das medidas e ações definidas no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores;
- Com a aprovação das revisões em curso e da totalidade dos PMOT, no atual enquadramento legal, passam a estar estabelecidas regras uniformes sobre o Uso do Solo;
- Previstas intervenções de requalificação de zonas de exploração de inertes;
- Encolhimento dos perímetros urbanos imposto pela lei é fator favorável à redução da tendência de dispersão e promotora de consolidação dos tecidos urbanos existentes;
- Tendência de afirmação de uma segunda centralidade no concelho, constituída pelo conglomerado de Capelas, Fenais da Luz e S. Vicente de Ferreira;
- Dotação de habitação social no concelho resultante de um esforço recente de investimento justifica a ponderação na aplicação dos novos instrumentos de política no domínio da habitação de modo a aumentar a oferta destinada a segmentos da população mais diversificados.

#### Pontos Fracos

- Aumento do peso do automóvel particular nas deslocações e da taxa de motorização;
- Decréscimo do peso das deslocações em transporte público nos movimentos pendulares;
- Maior pressão sobre os equipamentos coletivos de apoio social vocacionados para a população idosa resultante do envelhecimento da população;
- Variações na captação e conseqüente consumo de água, aumento das perdas de água devido a descargas laterais dos aquíferos associadas a descontinuidades típicas de ambientes vulcânicos, incapacidade de retenção e armazenamento da água em reservatório, deficiências nas condutas;
- Contaminação da água por fenómenos de poluição difusa ou pontual;
- Aumento do volume de resíduos encaminhados para aterro;
- Ausência de um sistema efetivo de recolha seletiva e valorização dos resíduos urbanos;
- Tendência para a abertura de novas vias no litoral;
- Forte probabilidade de aumento da ocorrência situações associadas aos riscos naturais, tais como movimentos de vertente, galgamentos e inundações costeiras e erosão hídrica dos solos;
- Vulnerabilidade do território face ao perfil da dinâmica turística;
- Incremento significativo da pressão urbana sobre a linha costeira, acompanhando o desenvolvimento turístico da região;
- Contaminação dos recursos hídricos através de fenómenos de poluição difusa e tóxica provenientes da agropecuária;
- Irregularidade na recarga dos aquíferos, devido a variações pluviométricas cada vez mais comuns;
- Pressões de índole biológica sobre os recursos naturais do concelho, incluindo os que se encontram classificados ao abrigo de legislação sobre áreas protegidas;
- Potencial de atração de residentes para os concelhos de Lagoa e Ribeira Grande em detrimento de Ponta Delgada, considerando a sua proximidade à capital regional;
- Manutenção da tendência de abandono dos aglomerados rurais a favor da concentração na cidade de Ponta Delgada e na costa norte;
- Dinâmica urbanística relativamente superior nas freguesias periféricas da cidade com risco de descaracterização e desordenamento se não precedida de instrumentos de planeamento.

## 3.3 Questões Estratégicas Ambientais e Sociais

Como resultado final do exercício de análise integrada de toda a informação de caracterização da área de intervenção e da discussão de temáticas territoriais e ambientais significativas, e com o intuito de responder previamente ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2025/A, de 29 de julho, foram identificadas diversas questões consideradas estratégicas ao nível do ambiente e sustentabilidade (QEAS) (quadro-problema) no âmbito da área de intervenção da proposta de 2ª rPDM\_PD. Estas questões estão associadas a domínios relevantes

abrangidos pelo próprio Plano, que este deverá procurar responder e sobre os quais terá intervenção. As principais questões identificadas são:

- **QEAS 1** – Salvaguarda e valorização dos valores naturais e paisagísticos e da Estrutura Ecológica Municipal enquanto vetores fundamentais na sustentabilidade do território e promoção da saúde pública e qualidade de vida
- **QEAS 2** – Fomento da eficiência energética e uso de fontes de energia renovável
- **QEAS 3** – Estímulo à mobilidade sustentável
- **QEAS 4** – Integrar princípios de prevenção e minimização dos riscos e potenciar a capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas
- **QEAS 5** – Ordenamento do território e qualificação do solo
- **QEAS 6** – Desenvolvimento Socioeconómico, Competitividade e Coesão Territorial

Verifica-se que as QEAS da presente AAE articulam-se significativamente com os objetivos da 2ª rPDM\_PD e que estes apresentam nesta fase já um potencial de salvaguarda de resposta a estas QEAS, tal como demonstrado no Quadro 3.3.

**Quadro 3.3 | Articulação entre os Objetivos da 2ª rPDM\_PD e as QEAS identificadas na área de intervenção**

QEAS	Objetivos Estratégicos 2.ª rPDM_PD										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
QEAS 1	■			■				■		■	■
QEAS 2	■	■	■		■	■	■	■	■	■	■
QEAS 3	■		■		■	■		■		■	■
QEAS 4	■	■	■	■			■			■	■
QEAS 5	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
QEAS 6	■	■	■		■	■	■	■	■	■	■

Legenda: ■ Articulação.

## 4. QUAL A SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E QUAL A SUA EVOLUÇÃO SEM A IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE 2ª rPDM\_PD?

Neste capítulo apresenta-se uma breve caracterização da situação atual na área de intervenção (AI) da proposta de 2ª rPDM\_PD e das tendências de evolução sem implementação do Plano relativamente aos diversos FS, com o intuito de definir um referencial para a avaliação dos efeitos de natureza estratégica do Plano sobre os mesmos.

### 4.1 FS Vulnerabilidades e Riscos

#### 4.1.1 Síntese da situação atual

O quadro seguinte sistematiza as principais questões-chave da situação atual ao nível do presente FS.

**Quadro 4.1 | Questões-chave da situação atual para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”**

Questões-chave
Registam-se ocorrências de riscos naturais em todas as freguesias do concelho.
As principais ocorrências no concelho são: “Queda de árvores”, “Galgamentos costeiros”, “Deslizamentos de massas”, “Queda de elementos construtivos de imóveis para o interior dos mesmos e para a via pública”, “Inundações de vias”, “Inundações de habitações”, “Quedas parciais e totais de muros para a via pública”, “Abatimentos de piso na via pública” e “Incêndios Urbanos”..
O município tem o seu Plano de Ação Climática em processo de aprovação, tendo definido 36 ações de âmbito operacional para a sua implementação e orientações gerais para integração do PMAC nos PMOT.
Em 2020, registaram-se cinco (5) autos de notícia associados a “Recursos Hídricos”, 34 autos de notícia associados a “Resíduos” e um total de 245 autos relativos a infrações ambientais.
O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Ponta Delgada encontra-se em elaboração.
Cerca de 3,08ha do edificado do concelho encontra-se em classe de vulnerabilidade “Elevada” a Galgamentos Costeiros, 1,54ha em classe de suscetibilidade “Elevada” a Movimentos de Vertente, 0,16ha em área suscetível à Concentração Difusa de CO2, 0,08ha em classe de suscetibilidade “Elevada” para o risco de cheias fluviais.
Cerca de 0,02ha das áreas industriais do concelho encontram em classe de vulnerabilidade “Elevada” a Galgamentos Costeiros e 2,60ha em classe de suscetibilidade “Elevada” a Movimentos de Vertente.

#### 4.1.2 Tendências de Evolução sem 2ª rPDM\_PD

Considerando a atual situação na área de intervenção do Plano relativamente aos riscos naturais prevê-se que sem a implementação da 2ª rPDM\_PD se mantenha uma tendência negativa no que respeita às ameaças identificadas, por manutenção de situações existentes. E, relativamente à resiliência e adaptação às alterações climáticas perspetiva-se, igualmente, que a situação possa evoluir negativamente sem a integração de opções de adaptação no âmbito do ordenamento municipal, nomeadamente no que concerne aos riscos naturais.

No entanto, importa ressaltar a existência de outros projetos / medidas / ações previstas, como as medidas atualmente previstas do PMAC Ponta Delgada e que podem vir a contribuir para a minimização dos riscos naturais, nomeadamente com origem climática e indiretamente associados (como o risco de movimentos de vertente).

Considerando a situação atual no que concerne aos riscos tecnológicos e às dissonâncias ambientais existentes no concelho, sem a implementação da 2ª rPDM\_PD não se perspetiva uma alteração significativa e, como tal, prevê-se que se mantenha uma tendência negativa no que respeita às ameaças e vulnerabilidades identificadas.

Em síntese, prevê-se que a evolução das componentes associadas às vulnerabilidades e riscos identificados se apresente tendencialmente negativa pois manter-se-ão as condições para a concretização das principais ameaças identificadas nos elementos caracterização e diagnóstico da área de intervenção.

## 4.2 FS Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais

### 4.2.1 Síntese da situação atual

O quadro seguinte sistematiza as principais questões-chave da situação atual ao nível do presente FS.

**Quadro 4.2 | Questões-chave da situação atual para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”**

Questões-chave
Relevância do património natural reconhecida com a classificação de um conjunto de áreas protegidas a nível regional (Rede de áreas protegidas dos Açores) para além de outras classificadas ao abrigo de compromissos internacionais (Sítio Ramsar, Geoparque Açores e IBA's)
Presença de espécies de extrema relevância para a conservação e forte aposta na eliminação de espécies invasoras.
Existência de pontos de vista notáveis e de trechos de paisagem de elevado interesse patrimonial, já aproveitados com miradouros
As zonas balneares têm apresentado níveis qualidade excelentes
Presença de um importante número de imóveis e conjuntos com valor patrimonial
Diversos projetos e/ou ações de preservação e valorização dos valores naturais.

### 4.2.2 Tendências de Evolução sem 2ª rPDM\_PD

A evolução das componentes associadas aos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais, na ausência da presente proposta de 2rPDM\_PD, poderá apresentar-se, ao longo do tempo, estacionária, perdendo-se oportunidades para a potenciação desses recursos e inclusivamente com alguma tendência negativa, caso se perca a oportunidade para colmatar algumas potenciais situações que podem provocar maior vulnerabilidade a esses valores, quer naturais, quer paisagísticos (como as questões relacionadas com a gestão de recursos hídricos, gestão de águas residuais, situações de riscos naturais, entre outros).

Considera-se que a ausência de projetos locais integrados e continuados com as atuais políticas e intervenções de proteção e gestão de âmbito da administração municipal e/ou regional e de outros projetos de conservação, que prevejam a recuperação de espécies alvo e/ou dos próprios habitats, facilitará a degradação gradual, o que favorecerá a redução da conectividade entre as diversas áreas naturais presentes. Isto prejudicará o movimento natural das espécies, por um lado, enquanto, por outro, diminui viabilidade e a resiliência dos ecossistemas e do próprio território, dada a importância dos serviços prestados por estes, nomeadamente: de prevenção de consequências de fenómenos/eventos naturais catastróficos, de retenção e estabilidade dos solos, de regulação do ciclo da água, de refúgio de biodiversidade e de recreação, educação e ciência, para além da informação estética, espiritual e histórica.

Ainda na ausência da proposta de 2ª rPDM\_PD, e no que respeita ao critério Paisagem e Património é de referir que relativamente aos elementos patrimoniais que atualmente se encontram sem classificação continuarão sem salvaguarda e reabilitação, quer material, quer em termos legais, bem como as zonas de interesse paisagístico situadas na AI. Perder-se-á igualmente a oportunidade para definir um conjunto de critérios e orientações para a salvaguarda da matriz identitária arquitetónica nos aglomerados rurais, característicos deste território.

Em síntese, considera-se que sem a implementação deste plano fica adiada a oportunidade de incorporar e acompanhar novas dinâmicas locais que assegurariam uma consolidação e articulação capaz de gerir corretamente os seus valores e recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais e assim promover uma dinâmica económica, social e ambiental, na área de intervenção da proposta de 2ª rPDM\_PD e áreas adjacentes.

## 4.3 FS Recursos Naturais

### 4.3.1 Síntese da situação atual

O quadro seguinte sistematiza as principais questões-chave da situação atual ao nível do presente FS.

**Quadro 4.3 | Questões-chave da situação atual para o FS “Recursos Naturais”**

Questões-chave
O concelho de Ponta Delgada apresenta um território marcadamente rural, com predominância de usos agrícolas extensivos e um grau relativamente baixo de artificialização. A urbanização concentra-se, sobretudo, na faixa sudeste do concelho, que apresenta uma elevada densidade e continuidade, contrastando com os quadrantes norte, oeste e sudoeste, onde o tecido urbano é mais disperso e descontínuo.
A RAR assume uma expressão territorial relevante, ocupando 6 466,42 hectares, o que corresponde a 27,8 % da área total concelhia (23 298,65 ha).
A RE cobre cerca de 39% do território, incidindo sobre escarpas, áreas erosivas, rede hidrográfica e zonas costeiras, incluindo praias e arribas, fundamentais para a estrutura ecológica do concelho.
Identificou-se uma área de 384,31 ha de solo rural artificializado, cerca de 1,7% do concelho (23 298,65 ha), correspondendo a áreas edificadas, impermeabilizadas ou ocupadas por atividades económicas e infraestruturas.
Cerca de 120,95 ha de áreas classificadas como naturais estão impermeabilizadas e localizam-se em zonas sensíveis, incluindo expansão urbana e áreas de extração mineral.
A área florestal do concelho de Ponta Delgada ocupa 2 156,28 ha (9,3%), com o predomínio das florestas de folhosas (7,2%) face às resinosas (2,1%).
Existem 3 áreas identificadas como explorações de massas minerais consolidadas, ocupando uma área de 31,38 ha.
Piscina natural com água do mar aquecida por nascentes termais.
Apenas 3 massas de água superficiais interiores (de um total de 8) apresentam Estado “Igual ou Superior a Bom”.
A ilha de São Miguel é suportada por duas centrais geotérmicas localizadas na Ribeira Grande – central geotérmica da Ribeira Grande (16,6 MW) e Pico Vermelho (13 MW) – sete central hídricas localizadas em Vila Franca do Campo (2), Povoação (4) e Ribeira Grande (1) que totalizam 5,1 MW de potência instalada, e um Parque Eólico nos Graminhais (9 MW). Existe ainda a Central de Valorização Energética (CVE) de Biogás de Aterro da MUSAMI com uma potência instalada de 1,1 MW, que é a única central electroprodutora localizada dentro do município de Ponta Delgada.
Cerca de 56% da energia de São Miguel é produzida pela central térmica do Caldeirão, 34% pelas centrais geotérmicas, 6% pelas centrais hídricas e 4% pelo parque eólico.
As principais fontes de energia elétrica são as fontes fósseis (Fuelóleo: 57%) e a geotermia (33%).
Em 2022 foram consumidos na ilha São Miguel cerca de 424,4 GWh. A partir de 2022 denota-se já a existência de consumo de energia elétrica no setor da mobilidade, ainda que pouco significativo, e que deverá registar uma tendência de crescimento nos próximos anos.

### Questões-chave

Entre 2012 e 2022 o consumo energético aumentou 9%.

O setor de comércio e serviços é o mais representativo nos consumos energéticos da ilha São Miguel (38%), seguido do setor do doméstico (35%). Os serviços públicos e indústria apenas representam 6% e 18%, respetivamente. A iluminação pública apenas representa 2% dos consumos energéticos.

Em 2022 foram consumidos em Ponta Delgada cerca de 115,7 mil toneladas de combustíveis líquidos e gasosos, correspondendo a 42% do consumo regional. Entre os combustíveis, os mais consumidos foram o fuelóleo (51%), gasóleo rodoviário (20%), butano (10%) e gasóleo colorido (10%) e gasolina 95 (9%).

As atividades que mais combustíveis e produtos derivados do petróleo consumiram foram o setor electroprodutor (44%) responsável pelo consumo maioritário de fuelóleo, os transportes terrestres (33%) responsáveis pelo consumo maioritário de gasóleo e gasolinas, o setor doméstico (9%), e a agricultura (8%).

#### 4.3.2 Tendências de Evolução sem 2ª rPDM\_PD

Na ausência da 2.ª rPDM\_PD, os recursos naturais tenderiam a sofrer uma pressão crescente, especialmente sobre áreas agrícolas e florestais, aumentando o risco de artificialização progressiva e fragmentação do território. A ausência de instrumentos de proteção atualizados, nomeadamente a consolidação da Reserva Agrícola Regional e da Reserva Ecológica, poderia favorecer a ocupação desordenada de solos produtivos, comprometendo a capacidade agrícola, a estabilidade geomorfológica e as funções de infiltração e regulação hídrica. No caso das áreas florestais, a situação tenderia a manter-se, dado que não ocorreram alterações significativas nos recursos agroflorestais, mantendo-se as limitações atuais relativamente à multifuncionalidade, resiliência e aproveitamento sustentável. Também os recursos geológicos permaneceriam sem evolução relevante, com a identificação das áreas de interesse e os princípios de ordenamento atuais a manter-se, sem medidas adicionais de valorização, exploração sustentável ou articulação com as dinâmicas económicas locais.

Ao nível do setor energético é relevante continuar a incentivar à aquisição de equipamentos com maior eficiência energética e que utilizem fontes de energia renováveis, principalmente, nos setores com maior representatividade nos consumos energéticos, como são o setor do doméstico, transportes, e setores não-domésticos (comércio e serviços) onde se registam consumos energéticos relevantes, bem como na indústria, transportes e nos edifícios do Estado ou da Administração Pública, equipamentos coletivos e iluminação pública. Por outro lado, deve-se promover a descarbonização das principais atividades emissoras de GEE, nomeadamente os transportes rodoviários movidos a combustíveis fósseis, através da promoção do transporte público, veículos movidos a fontes alternativas e modos suaves. Num cenário de ausência de uma proposta de revisão do PDM de Ponta Delgada, não seria possível a prossecução destes objetivos, já que a proposta apresentada define um conjunto de ações de nova construção e reabilitação do parque edificado que podem contribuir para estes objetivos.

No que respeita aos recursos hídricos, é fundamental a intervenção no território através de um conjunto fundamental de medidas de recuperação e regeneração que permitam, de forma complementar e articulada com as medidas previstas no PGRH Açores 2022-2027, atingir o “Bom” estado das massas de água inseridas na área de intervenção. A revisão do PDM pode, através quer do programa de medidas, quer da sua regulamentação e modelo de ordenamento,

nomeadamente, com a beneficiação da rede de saneamento, contribuir para a reabilitação desses recursos hídricos.

## 4.4 FS Ordenamento e Qualificação territorial

### 4.4.1 Síntese da situação atual

O quadro seguinte sistematiza as principais questões-chave da situação atual ao nível do presente FS.

**Quadro 4.4 | Questões-chave da situação atual para o FS “Ordenamento e Qualificação territorial”**

Questões-chave
Cerca de 83% do território do concelho de Ponta Delgada está classificado como solo rural, integrando espaços agrícolas, florestais, naturais e de exploração de recursos geológicos, com claro predomínio das áreas agrícolas.
O solo urbano representa 17% do território concelhio, concentrando-se maioritariamente na faixa costeira e em torno do perímetro urbano de Ponta Delgada como principal polo estruturante.
Das 12 ações de Ordenamento do Território previstas no Programa de Intervenções do PDM, apenas quatro, tiveram execução parcial, destacando-se, nas áreas de reabilitação urbana, a concretização da reabilitação da frente marítima de S. Roque (UOPG4) e da reconversão de indústrias e armazéns no centro da cidade.
O PDM em vigor previa a delimitação de 26 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), com âmbitos territoriais variáveis — desde freguesias inteiras até áreas urbanas específicas de reconversão ou urbanização programada —, mas nenhuma foi concretizada como instrumento de planeamento, registando-se apenas eventuais transformações pontuais.
Algumas áreas industriais, como a Finança, a Fábrica de Tabaco Micaelense e a Zona Industrial dos Valados, localizam-se em tecido urbano contínuo e próximas de habitação.
As áreas urbanas apresentam bons níveis de acessibilidade física ao serviço de abastecimento público de água, bem como ao serviço de recolha de resíduos que cobre praticamente todo o concelho. A futura concretização do sistema de adução e armazenamento entre os Reservatórios Santo António II e Lagoa do Conde que permitirá um melhor aproveitamento do excedente e reduzindo as perdas de água destas nascentes.
A cobertura relativa à drenagem de águas residuais (55%) ainda está abaixo das metas exigidas pela entidade reguladora e planos setoriais estratégicos, exigindo maior capacidade de investimento e de reforço da rede ou nível da sua extensão e renovação/manutenção. A futura construção da ETAR de Nordela que contempla a transformação das estações de gradagem da Vila Nova e de Santa Clara em duas estações elevatórias, irá eliminar estes dois pontos de rejeição de efluentes no mar.
Cerca de 68% dos resíduos urbanos são encaminhados para aterro. Nos próximos anos está previsto a entrada em funcionamento das restantes infraestruturas de tratamento de resíduos do Ecoparque, designadamente a Central de Valorização Energética (CVE), que irá permitir aumentar a quantidade de resíduos reutilizados, cumprindo as metas do PEPGRA.
Inexistência de redes separativas de drenagem de águas pluviais.
As áreas urbanas apresentam boas acessibilidades rodoviárias.
De modo geral, o município apresenta acessibilidades rodoviárias em bom estado de conservação e a atual configuração da rede viária responde na generalidade às necessidades de deslocação da população e assegura a ligação entre os principais aglomerados urbanos, porto e aeroporto da ilha.
As ciclovias existentes não constituem efetivamente uma verdadeira rede ciclável. A rede ciclável no município de Ponta Delgada conta atualmente com 3,9 km de infraestruturas cicláveis, divididas entre 3 percursos cicláveis não conectados dentro da cidade de Ponta Delgada.
Ao nível da rede pedonal, existem algumas lacunas que importa mitigar, acima de tudo porque o modo pedonal continua a ser um dos modos preferenciais para deslocações, sendo responsável por 17,9% do total das deslocações e 40% das deslocações internas às freguesias.
Os serviços municipais são prestados pela Auto Viação Micaelense, através das linhas do Norte e Sul, e pela empresa CRP que efetua a ligação ao Pico do Fogo na freguesia do Livramento, totalizando 277 circulações diárias, 123 aos sábados e 48 ao domingo.
Quanto aos serviços intermunicipais, são assegurados pelas empresas Varela & Companhia e a empresa CRP, disponibilizando 109 circulações diárias, 48 aos sábados e 32 aos domingos.
Existe ainda um serviço de transporte por minibus em circuito urbano, explorado por um consórcio formado pelos três operadores rodoviários já referidos, que disponibiliza 4 circuitos ou linhas na cidade de Ponta Delgada. A frota minibus é composta por 10 veículos, adquiridos em 2021, sendo dois movidos a diesel e dois elétricos, com uma capacidade de 21 lugares cada um.
O Aeroporto de Ponta Delgada tem disponível um serviço de shuttle, denominado ANC Aerobus, que liga o aeroporto Joao Paulo II a vários pontos da cidade, num minibus que pode transportar até 28 pessoas (22 sentadas e 8 em pé).
Cerca de 91,3% (61367 habitantes) da população do concelho reside a menos de 400 metros de uma paragem de transporte público coletivo, e 99,6% (66971 habitantes) da população residente no município encontra-se a 800 metros de uma paragem.
Ao analisar a repartição modal dos estudantes e da população ativa do município observa-se que o transporte individual (automóvel ou motorizada) é o modo de transporte mais utilizado pelos residentes (73,3%), seguido das deslocações a pé (17,9%), transporte coletivo rodoviário (6,3%), ou outros (2,5%). A utilização do modo de transporte individual tem vindo a aumentar, desde 2011, onde se registou um valor inferior (68%). Em contraponto, registou-se uma diminuição das pessoas que se deslocam a pé, em transporte público coletivo ou outro.

### Questões-chave

Verifica-se que o transporte público rodoviário é usado essencialmente em deslocações interurbanas, sendo que nas últimas décadas observa-se uma tendência de decréscimo significativo do número de passageiros neste tipo de deslocações, com particular incidência nos últimos anos e desde 2016. As carreiras urbanas também apresentam uma tendência regressiva no número de passageiros.

Verifica-se um aumento significativo dos automóveis ligeiros no concelho de Ponta Delgada, consequência do aumento do índice de vendas de veículos novos por mil habitantes registada no concelho a partir de 2013 e até 2022

Em 2021, a taxa de motorização no município de Ponta Delgada era de 638 veículos por mil habitantes, valor muito superior à média dos concelhos da ilha de São Miguel (549 veículos por mil habitantes).

Os veículos híbridos representam apenas 3,3% dos veículos declarados no inquérito do PMS, enquanto os elétricos não ultrapassavam os 0,3% em 2022.

A cidade de Ponta Delgada disponibiliza atualmente 7 446 lugares de estacionamento, dos quais 4 282 na via pública (57,5%) e 3 164 em parques (42,5%). De modo geral verifica-se a existência de um maior número de lugares de estacionamento na zona Norte e Este da cidade, sendo que na área mais central se destacam as zonas 10 e 17 com uma oferta em parque bastante significativa.

A maioria dos lugares de estacionamento na cidade de Ponta Delgada corresponde à tipologia de oferta de estacionamento gratuito, com pouco mais de 60% em relação ao total da oferta. O estacionamento tarifado corresponde a 27% da totalidade de lugares de estacionamento existentes. A oferta de estacionamento reservado é a menos expressiva, representando aproximadamente 13% do total da oferta.

A oferta de estacionamento gratuito na via pública é mais expressiva em zonas mais periféricas da cidade, nomeadamente, as que tem um carácter mais residencial. A oferta de estacionamento tarifado na via pública incide particularmente sobre as zonas mais centrais da cidade de Ponta Delgada, diminuindo com o afastamento ao centro, sendo inexistente nas zonas mais periféricas ao centro da cidade.

Nas zonas mais centrais da cidade verifica-se, de um modo geral, que menos de 20% dos alojamentos comportam estacionamento residencial.

Relativamente à procura por estacionamento, verifica-se que de um modo geral, uma taxa de ocupação superior em zonas mais periféricas de carácter marcadamente mais residencial. Verifica-se que aproximadamente 80% da procura ocorre por lugares de estacionamento na via pública. A procura em parques de estacionamento é de pouco mais de 20%.

O município de Ponta Delgada regista a existência de 7 postos de carregamento elétrico, dos quais 5 pertencem a entidades privadas (gasolinéiras e restauração), estando os outros dois postos localizados na Direção Geral de Energia e no Hospital Divino Espírito Santo. Apenas 2 se localizam fora da cidade de Ponta Delgada, estando um localizado em Capelas e outro em Ferreiras. Estes postos permitem o carregamento de 11 veículos em simultâneo. A oferta atual mostra-se claramente insuficiente para assegurar o abastecimento tendo em consideração o crescimento expectável na procura de veículos elétricos na próxima década.

O movimento aeroportuário de passageiros em São Miguel tem vindo a aumentar significativamente desde 2015, tendo atingido o máximo de 1 milhão de passageiros em 2022.

No período prévio à pandemia o movimento portuário de passageiros em São Miguel registou uma quebra após 2017. Em 2019 rondava os 18 mil passageiros.

#### 4.4.2 Tendências de Evolução sem 2ª rPDM\_PD

A evolução do território sem a 2ª rPDM\_PD manteria o solo urbano sem restrições adicionais, sem diferenciação qualitativa dos espaços urbanos e sem estratégias de consolidação interna, enquanto as áreas rurais e naturais continuariam sujeitas à pressão da expansão urbana e à fragmentação associada a infraestruturas existentes. Neste cenário, não se beneficiaria da redução da área total de solo urbano, do reforço relativo do solo rural, da valorização ambiental e paisagística nem da requalificação das UOPG e da orla costeira previstas na revisão, mantendo-se o *status quo* com os riscos de dispersão edificada e polarização funcional do território.

Assim, em termos de qualificação territorial, a tendência seria manter-se na situação atual, refletindo o PDM em vigor, que previa UOPG distribuídas por quase todas as freguesias. A principal limitação seria a não operacionalização destas unidades.

Ao nível dos serviços ou infraestruturas ambientais e energéticas, e num cenário de ausência de 2ª rPDM\_PD, uma eventual expansão desordenada das atividades económicas e parque edificado na área de intervenção poderão induzir um aumento do potencial de contaminação do meio natural e degradação das condições de salubridade em consequência

do aumento dos constrangimentos operacionais e financeiros em dotar toda a população e atividades presentes das necessárias infraestruturas básicas de abastecimento de água, energia e de saneamento, criando dificuldades na mitigação dos impactos ambientais resultantes das atividades humanas, ocorrência de fenómenos de contaminação e poluição dos valores naturais e ecossistemas, bem como redução dos índices de salubridade e de qualidade global de vida.

Considera-se ainda que, sem a implementação da 2ª rPDM\_PD, não estariam programadas eventuais ações de beneficiação do sistema de mobilidade local e suave, nomeadamente, ao nível da rede viária e reordenamento das acessibilidades, ou gestão do estacionamento, fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e segurança da população.

## 4.5 FS Desenvolvimento Socioeconómico, Competitividade e Coesão Territorial

### 4.5.1 Síntese da situação atual

O quadro seguinte sistematiza as principais questões-chave da situação atual ao nível do presente FS.

**Quadro 4.5 | Questões-chave da situação atual para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico, Competitividade e Coesão Territorial”**

Questões-chave
Ponta Delgada é o principal centro urbano e económico de São Miguel, concentrando serviços públicos, privados e equipamentos estruturantes.
No que refere ao VAB, o concelho apresenta um setor terciário muito expressivo, destacando-se o comércio (24%), alojamento e restauração (16%) e transportes e armazenagem (11%), evidenciando o dinamismo no consumo, serviços e distribuição.
Forte presença da atividade de alojamento e restauração com 13% das empresas e 16% do VAB do concelho. Capacidade de atrair visitantes e gerar receitas.
A importância do setor dos transportes mostra uma estrutura logística importante para abastecimento e circulação de bens e pessoas. Reforça a posição de Ponta Delgada como “porta de entrada” da ilha.
Apesar do domínio das atividades económicas associadas aos serviços, há outras atividades relevantes como, as indústrias transformadoras (7%), construção (7%) e energia (8%), reduzindo de certa forma a dependência económica do comércio e turismo, uma vez que grande parte da riqueza gerada está associada a estas atividades mais sensíveis a crises. Ou seja, qualquer quebra no turismo ou no consumo afeta diretamente a economia local.
É evidente o baixo peso das atividades associadas à inovação e tecnologia, com apenas 2% das empresas e 1 % do VAB. Demonstra uma fragilidade na transição digital empresarial.
A indústria transformadora tem expressão limitada (3% das empresas e 7% do VAB), reduzindo capacidade de criação de valor acrescentado mais elevado, o que aumenta a dependência do consumo interno.
Pressão imobiliária e dificuldades de acesso à habitação, protagonizados pelo crescimento urbano e turístico, o que contribui para o aumento das rendas, escassez de habitação, substituição da habitação por alojamento local. Criação de desigualdades social e exclusão habitacional.
Crescimento do setor do turismo sustentável e diversificado. Existe margem para reforçar o setor, aumentar a qualidade da experiência, reduzir a sazonalidade e aumentar as receitas anuais.
Emergência da economia azul e recursos marinhos, nomeadamente a investigação oceânica, valorização da atividade e comunidade piscatória, aquicultura, biotecnologia marinha e turismo marítimo. Setor que pode contribuir para a criação de novos postos de trabalho qualificado e inovação.
Existência de um conjunto de Programas e estratégias de investimento em energias renováveis e eficiência energética com potencial para a criação de riqueza e geração de emprego.
Envelhecimento e perda de população ativa, o que contribui para o decréscimo da qualificação da mão de obra, mais encargos sociais, menos capacidade de inovação.

### 4.5.2 Tendências de Evolução sem 2ª rPDM\_PD

Sem a revisão do PDM, é expectável que Ponta Delgada mantenha e intensifique a sua trajetória atual de desenvolvimento, marcada por uma forte centralidade regional e por uma economia dominada pelo setor terciário. Assim, a tendência será de reforço do papel do concelho como principal polo urbano e económico da ilha de São Miguel,

sustentado sobretudo pelo comércio, turismo e serviços.

No entanto, esta evolução tenderá a ocorrer de forma assimétrica e com riscos estruturais, uma vez que a excessiva dependência de atividades terciárias (nomeadamente turismo e comércio) torna o concelho mais vulnerável a choques externos e a ciclos económicos. Paralelamente, a fraca expressão de setores produtivos mais inovadores e industriais poderá limitar a diversificação económica e a criação de emprego qualificado.

Do ponto de vista territorial, prevê-se que a pressão urbanística continue a concentrar-se nas áreas centrais e periurbanas, agravando problemas associados à expansão desordenada, à mobilidade e à gestão de infraestruturas. A valorização imobiliária e o crescimento do alojamento local poderão intensificar dificuldades no acesso à habitação, contribuindo para processos de marginalização socioespacial e perda de população residente em áreas urbanas centrais.

Em termos demográficos, caso não sejam implementadas políticas de ordenamento e atração populacional, é provável que se mantenham tendências como o envelhecimento da população e a saída de jovens qualificados, enfraquecendo a base ativa e aumentando a dependência de serviços sociais e de saúde.

Assim, sem revisão do PDM, a evolução previsível aponta para um crescimento económico sustentado no turismo e serviços, mas acompanhado por riscos de desequilíbrios territoriais, fragilidades socioeconómicas e maior pressão sobre recursos e infraestruturas, comprometendo a sustentabilidade e a resiliência do concelho a médio e longo prazo.

## 5. QUAIS AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E EFEITOS MAIS SIGNIFICATIVOS DA PROPOSTA DA 2ª rPDM\_PD?

De acordo com o estabelecido na alínea e) do ponto 1, do artigo 10.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2025/A, de 29 de julho, apresentam-se de seguida “os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação” da 2ª rPDM\_PD. Assim, no Quadro 5.1 consiste numa tabela de dupla entrada, em que no eixo horizontal são consideradas as Apostas Estratégicas do Plano e no eixo vertical são considerados os critérios por FS, sintetizando, deste modo, as principais tendências dos efeitos do Plano sobre os pontos estratégicos definidos para cada FS.

Quadro 5.1 | Síntese de efeitos dos Objetivos Estratégicos, por FS e respetivos Critérios de Avaliação

Efeitos da 2ª rPDM_PD sobre os indicadores												
FS	Critério de Avaliação	Objetivos Estratégicos										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Vulnerabilidades e Riscos	Riscos Naturais	-	-	-	-	0	0	-	0	0	-	-
	Riscos Tecnológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas	-	-	-	-	0	0	-	0	0	-	-
	Dissonâncias Ambientais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	Áreas naturais e ecossistemas	0	+	0	-	0	0	0/+	0/+	0/+	0/+	0/+
	Paisagem	0	+	0	-	0	0	0/+	0/+	0/+	0/+	0/+
	Património cultural	0	+	0	-	0	0	0/+	0/+	0/+	0/+	0/+
Recursos Naturais	Recursos Hídricos	0	0	0	+	0	0	0	+	0	+	+
	Energia	0	0	0	+ / 0	0	0	0	0	0 / -	0 / -	0
	Solo	++	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
	Recursos agroflorestais	0	0	0	+	0	0	0	+	0	+	+
	Recursos geológicos	0	0	0	+	0	0	0	+	0	+	+
Ordenamento e Qualificação territorial	Qualificação do solo	++	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
	Serviços e infraestruturas ambientais	0	0	0	+	0	+	+	0	0	0	0
	Transportes e Mobilidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0 / -	0 / -	0
Desenvolvimento Socioeconómico, Competitividade e Coesão Territorial	População	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
	Turismo	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
	Outras atividades económicas	+	+	+	0	+	+	+	+	+	+	+

Legenda:

++	Criação de novas e significativas oportunidades de desenvolvimento na área de intervenção; benefícios elevados em termos de proteção dos recursos e valores locais; contribuição muito positiva para o alcance dos vetores e/ou metas estratégicas.
+	Vantagens, oportunidades e benefícios de importância relevante; contribuição positiva para o alcance dos vetores e/ou metas estratégicas.
0	Sem efeitos positivos ou negativos; não contribui, mas também não conflitua com os vetores e/ou metas estratégicas.
-	Perda de recurso e qualidade que exige a aplicação de medidas mitigadoras; conflitua com o alcance dos vetores e/ou metas estratégicas.
--	Perda de recurso e qualidade de forma irreversível e insubstituível; conflitua muito com o alcance dos vetores e/ou metas estratégicas.

Objetivos da 2ª rPDM\_PD:

- Consolidar o papel da cidade de Ponta Delgada como principal polo aglutinador e dinamizador do concelho, da ilha de São Miguel e do arquipélago dos Açores;
- Traduzir no modelo de ordenamento as opções da política de habitação regional e municipal, em especial, o reforço da oferta de habitação, mantendo a aposta na reabilitação e revitalização urbanas e a proteção do património edificado;

3. Criar condições de suporte à dinamização da base económica, através da afinação das normas de uso e de edificabilidade ajustadas aos diferentes setores, incentivando a desconcentração do emprego no território concelhio pela promoção a requalificação dos espaços industriais e empresariais existentes;
4. Valorizar e garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e o ambiente típico da paisagem açoriana, minimizando as situações de risco de pessoas e bens;
5. Fomentar a integração funcional das áreas urbanas com a cidade de Ponta Delgada, nos mais diversos domínios, numa perspetiva de um desenvolvimento em rede, consolidando os núcleos numa lógica de rentabilização dos investimentos públicos;
6. Expandir a rede de equipamentos, infraestruturas e serviços públicos a todas as áreas urbanas, num quadro de funcionamento em rede e de proximidade, minimizando assimetrias e reforçando a competitividade geral do concelho em matéria de atratividade à população;
7. Ajustar o modelo de ordenamento considerando as opções da política de habitação regional e municipal, mantendo a aposta na reabilitação e revitalização urbanas e a proteção do património edificado;
8. Diversificar a oferta turística e promover o desenvolvimento do setor em todo o concelho, reduzindo a dicotomia entre a cidade e as freguesias rurais;
9. Garantir a articulação do modelo de ordenamento com as opções do Plano para a Mobilidade Sustentável do concelho, promovendo uma qualificação progressiva do espaço público e das respetivas condições de acessibilidade universal;
10. Promover a atualização do instrumento de gestão territorial, garantindo a sua articulação e compatibilização com os programas e planos aplicáveis no concelho, especialmente os de natureza setorial e especial;
11. Controlar a poluição ambiental e sonora.

Da avaliação do Programa de Execução e da proposta geral da 2ª rPDM\_PD resultou a identificação dos seguintes efeitos negativos e efeitos positivos mais significativos (Quadro 5.2).

**Quadro 5.2 | Síntese de principais efeitos positivos e efeitos negativos, por FS**

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
<b>Vulnerabilidades e Riscos</b>	<p><b><u>Efeitos positivos</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Oportunidade promover projetos urbanísticos que incluam a mitigação dos riscos naturais.</li> <li>• Oportunidade de identificar cartograficamente áreas ameaçadas por desgaseificação difusa numa determinada área do concelho (projeto piloto).</li> <li>• A beneficiação e ordenamento da Praia das Milícias e Pópulo e da Praia dos Mosteiros (Projetos 73 e 74) devem considerar as condicionantes estabelecidas na 2ª rPDM_PD nomeadamente associadas aos riscos naturais. Os Projetos devem ser implantados assegurando que não prejudicam a segurança dos utentes.</li> </ul> <p><b><u>Efeitos negativos</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alguns troços das vias propostas sobrepõem-se a áreas de risco como galgamentos costeiros, ainda que a área a intervir não seja significativa.</li> <li>• A construção de Estacionamento subterrâneo na Avenida Infante D. Henrique (projeto n.º 24) está prevista em zona de vulnerabilidade “Elevada” de acordo com a Carta de Vulnerabilidade ao galgamento e inundação costeira para Ponta Delgada.</li> <li>• A construção de vias poderá traduzir-se num contributo negativo em resultado do potencial aumento da circulação automóvel e conseqüente acréscimo das emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Acresce que a expansão da rede viária poderá induzir dinâmicas de ocupação dispersa do território, com efeitos indiretos no aumento das necessidades de deslocação motorizada.</li> <li>• A beneficiação e ordenamento da Praia das Milícias e Pópulo e da Praia dos Mosteiros (Projetos 73 e 74) podem constituir-se uma ameaça para pessoas e bens em consequência da ocorrência de fenómenos naturais como galgamentos costeiros, se não forem realizados previamente à sua concretização estudos de cenarização com projeção climática a fenómenos extremos.</li> <li>• Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes de potenciais atividades industriais a implementar (ressalva geral, que não depende diretamente da rPDM, por isso, não obstante estar identificada na matriz de efeitos, a sua minimização está associada ao respetivo licenciamento dessas atividades e não com o âmbito e capacidade de intervenção da rPDM).</li> <li>• Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes da intensificação do turismo.</li> <li>• A exposição de pessoas e bens ao perigo natural (categoria Geologia) de colapso de cavidade vulcânica existe na UOPG7 - Paim e na UOPG 6 - Santa Catarina.</li> </ul>
<b>Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais</b>	<p><b><u>Efeitos Positivos</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis.</li> <li>• A requalificação destes contribui para a preservação e recuperação da biodiversidade local, promovendo a regeneração de ecossistemas naturais. Além disso, ao integrar elementos paisagísticos e patrimoniais históricos existentes, reforça-se a identidade cultural e a memória coletiva do lugar. Isso não só melhora a</li> </ul>

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	<p>qualidade ambiental, mas também aumenta o valor simbólico e estético da paisagem, tornando-a mais atrativa para moradores e visitantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O reforço da rede de abastecimento de água e saneamento, constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis.</li> </ul> <p><b>Efeitos Negativos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão de poeiras e perturbação das comunidades de fauna e flora existentes, como resultado da circulação de máquinas, movimentação de terras e operações de carga e descarga; emissão de gases de combustão de veículos e equipamentos motorizados prevista com a realização diversas ampliações e requalificações previstas neste projeto</li> <li>Potenciais efeitos negativos resultantes de intervenções intrusivas não enquadradas paisagisticamente</li> <li>A construção de vias poderá traduzir-se num contributo negativo em resultado do potencial aumento da circulação automóvel e conseqüente acréscimo das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) com risco de perturbação das comunidades de fauna e flora existentes;</li> <li>A UOPG7 coincide com cavidade vulcânica Gruta do Carvão, com risco de colapso. Essa cavidade vulcânica coincide com o Geossítio SMG12 – Coroa da Furna – Arrenquinha, o que introduz uma dimensão ambiental e patrimonial à ameaça identificada. Os geossítios representam ocorrências geológicas de elevado valor científico, educativo e paisagístico. A sua degradação, destruição ou instabilização compromete não só a segurança física da área, mas também a preservação do património natural e o seu potencial científico, pedagógico e turístico.</li> </ul>
Recursos Naturais	<p><b>Efeitos Positivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os projetos previstos de construção de edifícios habitacionais, beneficiação de equipamentos escolares e de centro ocupacional, bem como a implementação de várias UOPG surgem como uma oportunidade para a beneficiação física e funcional deste tipo de edificado através da inclusão de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, introdução de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, e técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, e uso de energias renováveis, evitando-se a depleção dos recursos naturais e promovendo a sua sustentabilidade. Estas ações no parque edificado surgem como oportunidade para inclusão de sistemas de iluminação mais eficientes ou alimentados a FER, com efeitos positivos ao nível da aquisição de maior potencial de autossuficiência energética no município, redução da depleção dos recursos energéticos, e a mitigação de emissão de gases com efeito de estufa (GEE), contribuindo assim para reduzir o potencial de aquecimento global da atmosfera e reduzir a probabilidade de ocorrência de fenómenos climáticos extremos associados.</li> <li>Reforço da Reserva Agrícola Regional (+305 ha; +5%), promovendo maior proteção dos solos produtivos.</li> <li>Aumento expressivo da Reserva Ecológica em meio terrestre (+13,4%), reforçando funções de infiltração, proteção contra erosão e estabilidade geomorfológica.</li> <li>Maior rigor na delimitação do solo consolidado e regularização de situações preexistentes em solo rural.</li> <li>Reabilitação urbana e valorização de áreas degradadas.</li> <li>Reforço das áreas verdes urbanas.</li> <li>Melhoria das infraestruturas de saneamento, reduzindo riscos de contaminação do solo.</li> <li>Potencial valorização da multifuncionalidade rural (paisagem, agroturismo, valorização cultural).</li> <li>Proteção das áreas florestais existentes; manutenção das funções ecológicas, hidrológicas e paisagísticas; reforço da centralidade do uso florestal.</li> </ul> <p><b>Efeitos Negativos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os projetos previstos para esta área temática preveem uma série de requalificações da rede rodoviária, e construção de várias novas rodovias bem como parques de estacionamento. Estas ações poderão contribuir para o aumento do uso de veículos particulares nas deslocações, e aumento no consumo de combustíveis fósseis já que o parque automóvel é na sua vasta maioria movido a fontes fósseis de energia, principalmente se estas medidas de beneficiação e construção de novas rodovias não forem acompanhadas por incentivos à transição energia para fontes alternativas de energia (p.e. incentivos à aquisição de veículos elétricos), e um investimento relevante na implementação de equipamentos de carregamento elétrico e plataformas intermodais que incentivem ao uso de outros modos alternativos de transportes como os modos suaves. Importa notar que o município tem registado um aumento acentuado e sucessivo de veículos ligeiros nas últimas décadas. A inexistência de projetos relevantes de construção</li> </ul>

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	<p>de plataformas intermodais de transporte coletivo, vias pedonais e cicláveis ou novos postos de carregamentos elétricos poderão significar um aumento no número de veículos particulares movidos a fontes fósseis de energia e inerente aumento de tráfego rodoviário, acarretando um aumento no consumo de combustíveis fósseis, e das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), e desalinhamento com os objetivos e metas associadas à descarbonização dos meios de transporte e mitigação / adaptação às alterações climáticas. Denota-se um desequilíbrio ao nível do investimento em novas infraestruturas rodoviárias em detrimento do investimento em modos suaves. Importa notar que um dos objetivos da presente proposta de revisão é a de “Garantir a articulação do modelo de ordenamento com as opções do Plano para a Mobilidade Sustentável do concelho, promovendo uma qualificação progressiva do espaço público e das respetivas condições de acessibilidade universal”. Importa notar que um dos objetivos da presente proposta de revisão do PDM é a de “Garantir a articulação do modelo de ordenamento com as opções do Plano para a Mobilidade Sustentável do concelho, promovendo uma qualificação progressiva do espaço público e das respetivas condições de acessibilidade universal”. O município dispõe de uma Estratégia Municipal Ponta Delgada 2030 e um Plano de Mobilidade Sustentável (PMS) que deve ser corroborado e vertido em proposta de PDM. A Estratégia Ponta Delgada 2030 prevê uma ação prioritária - PDL. MOBILIDADE ATIVA, que tem como objetivo incentivar o uso regular de opções de transporte mais limpas e ambientalmente sustentáveis, prevendo intervenções no espaço público que potenciem mobilidade ativa, suprimindo barreiras arquitetónicas e reforçando os canais de circulação pedonal. A adoção crescente de soluções de mobilidade como a bicicleta e/ou a trotineta deverá ser estimulada pela criação de novos corredores dedicados que permitam uma circulação segura e confortável, em eixos como a Av. Dom João III, e a rua de São Gonçalo-Av. Antero de Quental. O incentivo à adoção da mobilidade ativa deverá ser naturalmente acompanhado por medidas de desincentivo do transporte automóvel individual, especialmente no centro histórico da cidade de Ponta Delgada. A ação prioritária PDL. MAIS TRANSPORTES visa promover a reorganização e reforço do sistema de transportes e de mobilidade de todo o Concelho, também na vertente de ligação entre meio urbano e meios rurais, com o apoio e mobilização dos operadores de transporte público coletivo (em termos de horários e percursos ajustados às necessidades da população). Pretende-se que esta ação contribua para revitalizar o Concelho numa ótica de melhoria do seu sistema de mobilidade interna, particularmente no que respeita ao seu transporte público, o qual apresenta sérias disparidades ao nível da acessibilidade das populações, sobretudo nas freguesias mais rurais, visando, por isso, intervir na reorganização do sistema de transportes intraconcelhio. O PMS assume como objetivo estratégico “desenvolver o uso do modo ciclável e as infraestruturas de apoio”, prevendo a ampliação da atual rede de 3,9 km para 29,2 km. O PMS aponta como prioritária a promoção do modo pedonal no concelho, prevendo a requalificação e expansão da rede pedonal, que incluirá medidas como a alteração do perfil-tipo dos arruamentos, ou a redução das velocidades de circulação rodoviária (criação de zonas 30 e de zonas de coexistência). Por outro lado, prevê também uma reestruturação da rede de transporte público de modo a reforçar a oferta e melhorar a intermodalidade. Considera-se que estas ações previstas na Estratégia Ponta Delgada 2030 e PMS não estão devidamente vertidas na presente proposta de revisão do PDM. As ausências destas ações na proposta de revisão do PDM poderão induzir efeitos ambientais negativos, traduzindo-se no aumento das emissões GEE e desalinhamento com os objetivos e metas associadas às alterações climáticas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Caso os projetos previstos de construção de edifícios habitacionais, beneficiação de equipamentos escolares e de centro ocupacional, bem como a implementação de várias UOPG não sejam acompanhados por um conjunto de boas práticas, medidas ecoeficientes e ações de construção sustentáveis, poderá ocorrer um aumento de consumo de água, energia, e matérias-primas ou recursos naturais, bem como aumento na produção de águas residuais, resíduos e emissões GEE que podem colocar em causa o estado do ambiente em termos gerais, do estado dos recursos naturais, dos próprios ecossistemas e do clima.</li> <li>• Impermeabilização localizada associada à consolidação urbana.</li> <li>• Fragmentação e artificialização decorrentes da Via das Arribanas e Variante às Capelas:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Alteração do regime de escorrência;</li> <li>○ Modificação morfológica (cortes e aterros);</li> <li>○ Potencial agravamento do risco erosivo;</li> <li>○ Redução de áreas agrícolas e florestais.</li> </ul> </li> <li>• Exclusões pontuais da RE em áreas estratégicas de infiltração (356 ha), com potencial aumento de artificialização em zonas sensíveis.</li> </ul>

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção de usos em áreas ameaçadas pelo mar ou cheias.</li> <li>• Persistência de artificialização significativa em espaços agrícolas (57% do solo rural artificializado).</li> <li>• Ligeira redução proporcional de espaços agrícolas e florestais.</li> <li>• Fragmentação da RAR, particularmente relevante na Via das Arribanas.</li> <li>• Desafetações pontuais da RAR para consolidação urbana e atividades económicas.</li> <li>• Falta de enquadramento estratégico explícito para valorização e salvaguarda dos recursos hidrotermais.</li> <li>• Exclusões em áreas de infiltração e recarga que podem comprometer funções hidrológicas.</li> <li>• Ausência de parâmetros internos claros para gestão florestal, monitorização ambiental e integração de usos sustentáveis, com inconsistências em áreas limítrofes.</li> </ul>
Ordenamento e Qualificação territorial	<p><b>Efeitos Positivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução da área total de solo urbano (18% → 15%), traduzindo uma estratégia de contenção da expansão territorial.</li> <li>• Reforço relativo do solo rural (82% → 85%), diminuindo a pressão formal sobre áreas agrícolas e naturais.</li> <li>• Maior rigor na delimitação do solo urbano consolidado, corrigindo situações de sobredimensionamento do plano anterior.</li> <li>• Estruturação qualitativa do solo urbano, com diferenciação dos Espaços Urbanos a Consolidar (níveis I–III), permitindo modular densidades e funções.</li> <li>• Reforço das áreas verdes urbanas (44,40 ha → 77,88 ha), contribuindo para a qualificação ambiental.</li> <li>• Valorização dos espaços naturais e culturais no solo rural (17% → 24%), reforçando a componente ecológica.</li> <li>• Concentração das UOPG em solo urbano, potenciando a consolidação interna e reduzindo a dispersão edificada.</li> <li>• Requalificação da orla costeira e zonas balneares, promovendo melhoria ambiental e valorização paisagística.</li> <li>• Os projetos previstos de construção de edifícios habitacionais, beneficiação de equipamentos escolares e de centro ocupacional, bem como a implementação de várias UOPG surgem como oportunidades de requalificação ou beneficiação das redes de abastecimento e de saneamento, bem como implementação de equipamentos de recolha seletiva de resíduos, promovendo-se assim efeitos positivos ao nível da qualidade de vida, condições de salubridade, e eventual reforço de eficiência hídrica e de reutilização de águas residuais tratadas ou pluviais, bem como redução dos riscos de contaminação do meio natural e de perda de água pelos sistemas de abastecimento. Estas ações também poderão constituir uma oportunidade para introduzir equipamentos que proporcionem ganhos de eficiência no consumo de água potável, através da introdução e redutores de caudal e outras tecnologias mais eficientes (p.e. sistema de rega automatizados, gota-a-gota, etc), e implementação de sistemas e equipamentos de reutilização água pluvial e/ou residual tratada.</li> <li>• Outro dos projetos previstos para esta área temática visa dar continuidade à implementação e alargamento do serviço de recolha seletiva de resíduos porta-a-porta, que começou a ser implementado em 2026 e que tem um prazo de execução até 2028. Com a concretização deste projeto, perspetivam-se efeitos positivos ao nível da fração de resíduos urbanos sujeitos a reciclagem e valorização proporcionando um reaproveitamento superior do seu valor intrínseco e incorporação na cadeia de valor em detrimento do uso de recursos naturais como matérias-primas na produção de produtos (p.e. embalagens), respeitando conceitos como a circularidade de materiais, hierarquia de gestão de resíduos, contribuindo assim de forma mais significativa e transversal para a sustentabilidade ambiental das atividades de gestão de resíduos urbanos.</li> <li>• A prevista elaboração de um guia de boas práticas urbanísticas e apoio à aplicação do PDM poderá concorrer para a identificação, sistematização e efetiva concretização de várias boas práticas elencadas anteriormente.</li> <li>• Os projetos previstos para esta área temática preveem uma série de requalificações da rede rodoviária, e construção de várias novas rodovias bem como parques de estacionamento. Estas ações poderão contribuir para a melhoria das condições de acessibilidade a diversas localidades de concelho e municípios vizinhos, mitigando os estrangulamentos e estrangulamentos na rede viária. Poderá promover a segurança rodoviária e favorecer a mobilidade do transporte coletivo inculcando maior fluidez, redução dos tempos de viagem, maior atratividade no uso deste serviço de transporte e melhorias nos índices de satisfação do utente. Em termos globais estes projetos podem-se traduzir numa maior eficiência nas deslocações modais, promovendo o desenvolvimento económico e qualidade de vida.</li> </ul> <p><b>Efeitos Negativos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fragmentação do solo rural decorrente de novas infraestruturas viárias (Variante às Capelas e Via das Arribanas), com: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Redução de área produtiva;</li> </ul> </li> </ul>

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Potencial descontinuidade da RAR;</li> <li>○ Aumento de impermeabilização e alteração morfológica.</li> <li>● Possível indução de expansão urbana associada à melhoria da acessibilidade.</li> <li>● Concentração das UOPG na cidade, reforçando polarização funcional e demográfica.</li> <li>● Ausência de UOPG em freguesias periféricas, limitando a qualificação urbanística e a dinamização económica fora do núcleo principal.</li> <li>● Descrição genérica das UOPG, sem definição clara de objetivos específicos, critérios ambientais ou programa funcional, com especial necessidade de especificação da UOPG 6.</li> <li>● Caso os projetos previstos de construção de edifícios habitacionais, beneficiação de equipamentos escolares de centro ocupacional, bem como a implementação de várias UOPG não sejam acompanhados por um conjunto de boas práticas, medidas ecoeficientes e ações de construção sustentáveis, poderá ocorrer um aumento de consumo de água, energia, e matérias-primas ou recursos naturais, bem como aumento na produção de águas residuais, resíduos e emissões GEE que podem colocar em causa o estado do ambiente em termos gerais, do estado dos recursos naturais, dos próprios ecossistemas e do clima.</li> <li>● A ausência de projetos com equivalente relevância que promovam o transporte coletivo, a intermodalidade e uso de modos alternativos de transporte (p.e. pedonal e ciclável), irá provocar uma concentração das deslocações no uso preferencial de veículos rodoviários, provocando um aumento do parque automóvel e surgimento de novos focos de congestionamento de tráfego.</li> </ul>
<b>Desenvolvimento Socioeconómico, Competitividade e Coesão Territorial</b>	<p><b>Efeitos Positivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Melhoria da eficiência energética e conforto térmico em escolas e edifícios públicos, com potencial redução de consumos energéticos e emissões com efeitos positivos na qualidade de vida.</li> <li>● Melhoria das condições de salubridade e qualidade dos equipamentos, beneficiando alunos e utilizadores.</li> <li>● Valorização do espaço urbano consolidado, promovendo regeneração e melhoria da paisagem urbana.</li> <li>● Reforço da coesão social e acessibilidade a serviços, reduzindo deslocações longas e promovendo proximidade funcional.</li> <li>● Possibilidade de introdução de soluções sustentáveis (painéis solares, gestão eficiente de água, materiais duráveis), que potenciem o emprego e a criação de riqueza.</li> <li>● Melhoria da mobilidade urbana e acessibilidade, facilitando deslocações diárias de residentes, trabalhadores e serviços.</li> <li>● Redução do congestionamento e aumento da fluidez do trânsito, com ganhos de tempo e eficiência económica.</li> <li>● Aumento da segurança rodoviária e pedonal, reduzindo acidentes e custos associados.</li> <li>● Valorização do espaço público e da imagem urbana, reforçando atratividade residencial e comercial</li> <li>● Dinamização da economia local, beneficiando comércio e serviços através de melhores acessibilidades e estacionamento disponível.</li> <li>● Criação de emprego temporário na construção civil e atividades associadas (pavimentação, infraestruturas, fiscalização).</li> <li>● Reforço da coesão territorial, aproximando freguesias e reduzindo isolamento</li> <li>● Aumento da atratividade turística, sobretudo em zonas costeiras e de maior procura, ao facilitar estacionamento e circulação.</li> <li>● Melhoria da qualidade de vida e saúde pública através do reforço das infraestruturas de saneamento</li> <li>● Reforço da atratividade social e económica do concelho.</li> <li>● Reforço da proteção e valorização do património edificado, promovendo reabilitação urbana e preservação da identidade do Centro Histórico.</li> <li>● Aumento da atratividade turística e cultural, com impacto positivo na economia local</li> <li>● Melhoria da qualidade de vida urbana, através de regras mais claras para reabilitação, espaços públicos e integração arquitetónica.</li> <li>● Dinamização do setor da construção e reabilitação, criando emprego e atividade económica especializada.</li> </ul> <p><b>Efeitos Negativos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Potencial pressão imobiliária no Centro Histórico, com aumento do valor do solo e dos preços da habitação, podendo originar substituição da população residente, perda de funções residenciais tradicionais e maior conversão de habitação em alojamento local, com efeitos na coesão social e na identidade urbana.</li> <li>● Efeitos temporários negativos durante a fase de obras (ruído, poeiras, cortes de trânsito), com consequências negativas nas atividades económicas e qualidade de vida da população residente.</li> </ul>

## 6. QUE RECOMENDAÇÕES DA AAE DEVEM SER SEGUIDAS?

Da avaliação dos efeitos significativos resultantes da atual proposta de 2ª rPDM\_PD resultou a identificação das seguintes recomendações, essencialmente para a fase de implementação da própria revisão do Plano (Quadro 6.1).

Importa referir que ao longo desta fase de proposta do plano, tal como referido anteriormente, foram já internalizadas na proposta de Programa de Execução um conjunto importante de contributos / recomendações da AAE.

Quadro 6.1 | Síntese das recomendações, por FS

FS	Recomendações
Vulnerabilidades e Riscos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rec_1.1: Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos. <i>[Recomendação complementar ao processo de 2ª rPDM_PD e que não obedece assim à vinculação da recomendação ao mesmo, através do seu Regulamento ou Programa de Execução e Plano de Financiamento, pelo facto do seu âmbito e natureza, procedimental, extravasar o do próprio Plano]</i></li> <li>• Rec_1.2: Incentivar, através da aprovação de projetos com licenciamento camarário, à adoção de medidas de reforço da resiliência local a fenómenos climáticos extremos. <i>[Recomendação complementar ao processo de 2ª rPDM_PD e que não obedece assim à vinculação da recomendação ao mesmo, através do seu Regulamento ou Programa de Execução e Plano de Financiamento, pelo facto do seu âmbito e natureza, procedimental, extravasar o do próprio Plano]</i></li> <li>• Rec_1.3: Assegurar uma articulação eficaz entre diferentes ferramentas e instrumentos, nomeadamente de planeamento estratégico, existentes e previstos, no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas. <i>[Recomendação complementar ao processo de 2ª rPDM_PD e que não obedece assim à vinculação da recomendação ao mesmo, através do seu Regulamento ou Programa de Execução e Plano de Financiamento, pelo facto do seu âmbito e natureza extravasar o do próprio Plano]</i></li> <li>• Rec_1.4: Demonstrar de que forma as orientações gerais para a integração do PMAC nos PMOT foram concretizadas na 2.ª rPDM_PD.</li> <li>• Rec_1.5: Promover projetos que contribuam para o aumento da resiliência e capacidade de adaptação dos ecossistemas e habitats, no sentido da conservação da natureza, da biodiversidade e salvaguarda dos valores naturais endémicos e autóctones existentes, e assim constituem-se uma oportunidade para dotar as espécies e o território de capacidade de resiliência aos riscos naturais, nomeadamente resultantes das alterações climáticas.</li> <li>• Rec_1.6: Promover projetos com o objetivo da promoção de ações de sensibilização e literacia sobre as situações de risco natural, nomeadamente resultantes das alterações climáticas.</li> <li>• Rec_1.7: Elaborar um plano de gestão de manutenção das estruturas de defesa costeira, fundamental para a prevenção e minimização de potenciais ocorrências de riscos como galgamentos costeiros (risco natural), nomeadamente resultantes das alterações climáticas.</li> <li>• Rec_1.8: Elaborar um zonamento de risco sísmico e identificar eventuais áreas interditas à edificação em função do risco sísmico</li> <li>• Rec_1.9: Inclusão no Programa de Execução da elaboração de um estudo geotécnico para as áreas das UOPG 6 - Santa Catarina e UOPG7 – Paim, face à incerteza geológica associada à possível extensão subterrânea da cavidade vulcânica existente e às potenciais ramificações e outras cavidades não cartografadas. Esta avaliação do estudo geotécnico permitirá fundamentar tecnicamente as decisões de planeamento e ocupação do solo nestas UOPG, assegurar a estabilidade das futuras construções, mitigar o risco de colapso e salvaguardar a segurança de pessoas e bens, promovendo soluções construtivas adequadas e sustentáveis caso se mostre exequível.</li> <li>• Rec_1.10: Demonstrar de que forma a Cartografia de Pormenor de Risco de Inundações e Galgamentos Costeiros realizada no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal do concelho de Ponta Delgada foi concretizada na 2.ª rPDM_PD, designadamente ao nível da sua ponderação no âmbito do projeto de</li> </ul>

FS	Recomendações
<b>Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais</b>	<p>construção de Estacionamento subterrâneo na Avenida Infante D. Henrique (projeto n.º 24), que se localiza em área de vulnerabilidade elevada ao galgamento e inundações costeiras, de acordo com a cartografia de pormenor, e pelo facto de as orientações existentes recomendarem a não existência de caves nestas áreas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Rec_2.1: Os projetos públicos que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, conseqüentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer assegurar, em sede dos respetivos cadernos de encargos, a opção por soluções baseadas na natureza, a salvaguarda dos ecossistemas e habitats presentes, a minimização da perturbação e fragmentação de habitats, e a opção, quando aplicável, por utilização de espécies de flora endémicas ou nativas. Sugere-se que essas orientações fiquem registadas ao nível da descrição dos projetos em sede do Programa de Execução.</li> <li>• Rec_2.2: Nos projetos aprovados que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e demonstração;</li> <li>- Se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e do setor da construção para integrar soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios</li> </ul> </li> <li>• Rec_2.3: Continuidade de projetos / intervenções de eliminação gradual de espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas ou nativas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.</li> <li>• Rec_2.4: Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis, afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacte significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.</li> <li>• Rec_2.5: Inclusão no Programa de Execução da elaboração de um estudo geotécnico para as áreas das UOPG 6 - Santa Catarina e UOPG7 – Paim, face à incerteza geológica associada à possível extensão subterrânea da cavidade vulcânica existente e às potenciais ramificações não cartografadas. Esta avaliação do estudo geotécnico permitirá fundamentar tecnicamente as decisões de planeamento e ocupação do solo, assegurar a estabilidade das futuras construções, mitigar o risco de colapso e salvaguardar a segurança física da área, mas também a preservação do património natural (Geossítio SMG12 – Coroa da Furma – Arrenquinha,) e o seu potencial científico, pedagógico e turístico, promovendo soluções construtivas adequadas e sustentáveis caso se mostre exequível. [Recomendação também proposta no âmbito do FS Vulnerabilidades e Riscos]</li> <li>• Rec.2.6: Assegurar a salvaguarda preventiva do património arqueológico, promovendo a consideração do potencial arqueológico nas intervenções decorrentes da execução do PDM e a articulação com a entidade regional competente em matéria de património cultural sempre que estejam em causa ações suscetíveis de afetar vestígios arqueológicos conhecidos ou potenciais.</li> </ul>
<b>Recursos Naturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rec_3.1: Introduzir medidas de controlo de impermeabilização nas áreas de risco, incluindo as áreas desafetadas de RAR e RE, como por exemplo, limitação das taxas de impermeabilização nas áreas a consolidar, integração de soluções de drenagem sustentáveis, entre outros.</li> <li>• Rec_3.2: Prever a implementação de um sistema de monitorização da impermeabilização, da erosão e da estabilidade do solo em áreas sensíveis.</li> <li>• Rec_3.3: Definir uma percentagem mínima de solo permeável para cada UOPG, assegurando o controlo ambiental e a sustentabilidade urbana.</li> <li>• Rec_3.4: Incluir um plano de monitorização das áreas excluídas da RE com maior sensibilidade hidrológica, nomeadamente Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo, Arribas e faixas de proteção e Áreas de Instabilidade de Vertentes.</li> <li>• Rec_3.5: Incentivar práticas de gestão florestal ativa, definindo indicadores mínimos de cobertura vegetal (ex.: ≥70% de cobertura arbórea) ou percentagem mínima de solo permeável (ex.: ≥90% da parcela) para assegurar proteção do solo, regulação hídrica e continuidade das funções ecológicas.</li> </ul>

FS	Recomendações
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rec_3.6: Identificar zonas para usos educativos, científicos ou turísticos de baixo impacto (ex.: trilhos interpretativos, centros de educação ambiental, observatórios de fauna) e promover o aproveitamento de resíduos orgânicos em cadeias locais de economia circular (ex.: compostagem, produção de biogás ou biomassa), garantindo a valorização multifuncional e sustentável das áreas florestais.</li> </ul>
<b>Ordenamento e Qualificação territorial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rec_4.1: Densificar o conteúdo programático das UOPG, através da definição de parâmetros quantitativos ambientais, critérios de permeabilidade do solo e integração ecológica assegurando a compatibilização entre consolidação urbana e salvaguarda das funções edáficas e hidrológicas.</li> <li>Rec_4.2: Clarificar o modelo de intervenção para a UOPG 6, definindo usos preferenciais, critérios de salvaguarda patrimonial e parâmetros de integração urbana e ambiental, garantindo que qualquer solução futura respeite o valor histórico do conjunto e assegure qualidade urbana e controlo da impermeabilização.</li> <li>Rec_4.3: Implementar medidas de mitigação da fragmentação rural na descrição dos projetos do Programa de Execução, incluindo corredores ecológicos, passagens agrícolas e compensações fundiárias, especialmente com a construção das novas vias.</li> <li>Rec_4.4: Em sede de Regulamento ponderar a introdução de disposições gerais ou específicas para determinados espaços ou áreas edificadas (ou UOPG) que obrigue, ou promova através da criação de um sistema de incentivos, determinadas práticas ambientais e sustentáveis no novo edificado ou edificado a remodelar através, por exemplo, de introdução de soluções e equipamentos com superiores níveis de eficiência hídrica, recolha seletiva e reutilização de resíduos (p.e. biorresíduos), e se promova a opção por soluções de reutilização de águas pluviais ou residuais quando tecnicamente viável, para fins menos exigentes, como lavagem de espaços exteriores ou rega de zonas verdes.</li> <li>No Programa de Execução e Financiamento ponderar a inclusão de projeto que vise a criação de redes separativas de águas pluviais, bem como soluções de reutilização de águas pluviais e residuais tratadas para fins menos exigentes.</li> <li>Rec_4.5: No Programa de Execução e Financiamento ponderar a inclusão de projetos concretizem as medidas e ações previstas no Plano de Mobilidade Sustentável, nomeadamente, as medidas previstas para os Objetivos Específicos 2 e 4, bem como pela e Estratégia Ponta Delgada 2030 relativas à reorganização e reforço do sistema de transportes públicos, através do reforço e qualificação das plataformas intermodais, planos de mobilidade específicos para determinados públicos (p.e. alunos, trabalhadores em parques empresarias ou industriais, turistas), melhoria da informação ao público, e criação de títulos intermodais.</li> </ul>
<b>Desenvolvimento Socioeconómico, Competitividade e Coesão Territorial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rec_5.1: Definir os objetivos específicos de cada UOPG. Articulando as UOPG com programas de habitação acessível, reabilitação de edificado devoluto, melhoria de acessibilidades e serviços de proximidade, incentivo à fixação de jovens e empreendedorismo local.</li> </ul>

## 7. O QUE ACONTECE APÓS A APROVAÇÃO da 2ª rPDM\_PD?

Com a entrada em vigor da 2ª rPDM\_PD, inicia-se a Fase 3 do processo de AASE, de Seguimento. Esta etapa requer que a Câmara Municipal de Ponta Delgada adote as medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, nomeadamente a execução da avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação /execução do plano, verificando se estão a ser adotadas as medidas constantes na Declaração Ambiental.

No caso específico da 2ª rPDM\_PD, propõe-se que estes passos conduzam a uma abordagem objetiva de monitorização que se estruturam e articulam em dois níveis de atuação principais, nomeadamente:

- Monitorização Territorial ou seja, da evolução das variáveis de estado que caracterizam o território em análise no que respeita aos efeitos do Plano sobre os mesmos (Quadro 7.1);
- Monitorização Estratégica, mediante a avaliação ao grau de implementação dos parâmetros analisados na AAE, nomeadamente, efeitos positivos e efeitos negativos identificados, e recomendações emanadas pelo RA (p.f. consultar o Capítulo 7.2.3 do RA para maior detalhe).

**Quadro 7.1 | Indicadores de monitorização ou seguimento da AAE para a área de intervenção da 2ª rPDM\_PD**

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
<b>Vulnerabilidades e Riscos</b>		
Ocorrência de eventos naturais extremos (tipologia, custos, n.º pessoas ou área afetadas.ano-1) (referente aos últimos 10 anos)	Anual	CMPD
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais (n.º, área abrangida, tipo de riscos) (referentes aos últimos 10 anos)	Anual	CMPD
Ocorrência de incidentes tecnológicos (n.º de incidentes, custos; n.º pessoas ou área afetadas; n.º autos de notícia.ano-1) (referente aos últimos 10 anos)	Anual	CMPD
Distâncias entre os estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2012/18/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho (Diretiva SEVESO III) e as zonas residenciais, edifícios sensíveis, locais de utilização pública e vias de comunicação	Anual	CMPD
Pessoas expostas aos cenários de acidentes em estabelecimentos envolvendo substâncias perigosas (SEVESO III)	Anual	CMPD
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos (n.º, área abrangida, tipo de riscos) (referente aos últimos 10 anos)	Anual	CMPD
Projetos aprovados que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos (n.º, área abrangida, tipologia) (referente aos últimos 10 anos)	Anual	CMPD
Projetos de construção ou reforço de infraestruturas de prevenção contra riscos naturais (e.g. inundações, processos de erosão) (n.º e % relativa de investimento, face ao investimento total em matéria de AC) (referente aos últimos 10 anos)	Anual	CMPD
Projetos aprovados que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas (n.º, área abrangida, tipologia) (referente	Anual	CMPD

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
aos últimos 10 anos)		
Descargas ilegais de águas residuais urbanas e/ou industriais, em linhas de água ou em solo (n.º e área afetada)	Anual	CMPD
Depósitos ilegais de resíduos na área de intervenção da 2ª rPDM_PD (n.º e área abrangida)	Anual	CMPD
Área urbana sujeita a níveis de ruído acima dos valores limite de exposição aplicáveis	Anual	CMPD
População exposta a níveis de ruído superiores aos valores limite de exposição aplicáveis	Anual	CMPD
Autos relativos as infrações ambientais (n.º / ano, por tipologia de temática ambiental) (referente ao ano de 2020 ou ao ano mais recente)	Anual	CMPD Polícia Marítima Guarda Nacional Republicana
Projetos aprovados que incluem medidas de (re)qualificação ambiental (n.º, área abrangida, descrição) (referente aos últimos 5 anos)	Anual	CMPD
Projetos de monitorização de instabilidade geológica associado à proximidade a cavidades vulcânicas (referente aos últimos 10 anos)	Esporádica	LREC DROP CMPD
<b>Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais</b>		
Espécies invasoras presentes (n.º e distribuição)	Bienal	CMPD DRAAC
Águas balneares identificadas e respetiva classificação (n.º/"Má", "Aceitável", "Boa", "Excelente") e águas balneares não identificadas (n.º/"água própria para banhos"; "água imprópria para banhos")	Anual	DRPM
Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)	Anual	DRFFOT CMPD
Ações e/ou projetos concretizados para a gestão, recuperação e conservação da natureza (n.º e investimento; área abrangida)	Bienal	CMPD DRAAC DRPM
Ações de preservação e/ou valorização do património (n.º; elementos abrangidos)	Bienal	CMPD DRaC
Projetos/intervenções de âmbito municipal desenvolvidos com soluções baseadas na natureza (n.º, tipologia, elementos / áreas abrangidas)	Bienal	CMPD
<b>Recursos Naturais</b>		
N.º de alvarás para projetos que implique construção, localizados em áreas de RAR e RE.	Anual	CMPD
N.º de explorações de extração de recursos minerais licenciadas em atividade, abandonadas e/ou encerradas.	Bienal	CMPD
Capacidade instalada em FER	Anual	EDA
Evolução do consumo de energia elétrica	Anual	EDA / DGEG / SREA
Consumo de energia elétrica por tipo de consumo	Anual	EDA / DGEG /

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
		SREA
Medidas implementadas de redução do consumo de energia (n.º medidas; € de investimento; redução em MWh/ano ou kWh/dia)	Anual	CMPD
Medidas implementadas de produção de energia renovável por tipo de fonte (n.º medidas; € de investimento; produção em MWh/ano ou kWh/dia por tipo de fonte)	Anual	CMPD
Evolução dos consumos energéticos em edifícios da administração pública (kWh)	Anual	CMPD
Evolução dos consumos energéticos da iluminação pública (kWh)	Anual	CMPD
Proporção da área sujeita a transformação/ alteração de uso de solo florestado para outros usos (% face à área florestal do concelho)	Bienal	CMPD
<b>Ordenamento e Qualificação territorial</b>		
UOPG's concretizadas (n.º e área)	Anual	CMPD
N.º de projetos de reconstrução, relocalização ou recuperação de espaços degradados em espaço urbano.	Anual	CMPD
Água segura (%)	Anual	SMAS / ERSARA
Água não faturada (%)	Anual	SMAS
Acessibilidade física e adesão ao serviço de saneamento de águas residuais (%)	Anual	SMAS
Cumprimento dos valores limites de emissão das descargas residuais (%)	Anual	SMAS
Reutilização de águas residuais tratadas e pluviais (m³; % drenada)	Anual	SMAS
Evolução da produção de resíduos urbanos (t; % redução face ao ano anterior)	Anual	CMPD / SRIR
Resíduos urbanos recolhidos por via indiferenciada e seletiva (%)	Anual	CMPD / SRIR
Capacidade instalada de recolha seletiva por tipo de resíduos (n.º equipamentos; kg resíduos recolhidos)	Anual	CMPD / SRIR
Disponibilidade de transportes públicos movidos a energias alternativas (n.º veículos disponíveis por tipo)	Anual	CMPD
Evolução da oferta de transporte público (n.º lugares/km)	Anual	CMPD
Evolução da procura de transporte público (n.º passageiros/km)	Anual	CMPD
Extensão de vias pedonais e ciclovias (km)	Bienal	CMPD
Evolução dos postos de carregamento para veículos elétricos (n.º)	Anual	CMPD
<b>Desenvolvimento Socioeconómico, Competitividade e Coesão Territorial</b>		
Evolução da população residente (n.º)	Anual	INE
População empregada (n.º)	Anual	INE
Dormidas (n.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico	Anual	INE
Valor acrescentado bruto por setor de atividade (€)	Anual	INE

Adicionalmente, associada à componente de monitorização estratégica, a AAE acompanhará igualmente os resultados da monitorização da própria 2ª rPDM\_PD, em particular ao nível dos indicadores de concretização, execução e resultados da implementação do Programa de Execução.

## 8. QUAIS AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES?

A AAE da 2ª rPDM\_PD procurou constituir-se como um instrumento prospetivo de sustentabilidade através da identificação de fatores que permitiram desenvolver uma avaliação que fosse ao encontro com apostas estratégicas da região onde se insere a área de intervenção e que respeitasse o contexto local da atuação do Plano.

Uma análise integrada dos efeitos positivos/oportunidades, efeitos negativos/ameaças e recomendações resultantes das apostas estratégicas da 2ª rPDM\_PD demonstra um balanço positivo sobre os diversos Fatores de Sustentabilidade (FS) e Fatores Transversais de Sustentabilidades (FTS) avaliados.

É importante referir que ao longo do processo de planeamento foram já salvaguardadas algumas considerações e recomendações da AAE, articuladas e analisadas em conjunto com a equipa do Plano, e que integram já a versão atual da proposta do Plano. Contudo, subsistem ainda um conjunto relevante de recomendações que a AAE considera que são fundamentais para assegurar que os efeitos negativos identificados resultantes da atual proposta de Plano não se concretizem ou podem ser mitigados, e que os seus efeitos positivos poderão ainda ser maximizados.

### Vulnerabilidades e Riscos

No seu cômputo global, a 2ª rPDM\_PD salvaguarda as questões cruciais identificadas pela AAE relativas a este FS, através das suas opções estratégicas concretizadas em programas e ações.

Importa destacar, no âmbito dos riscos naturais, que se registam ocorrências de riscos naturais em todas as freguesias do concelho, classificadas pelo Serviço Municipal de Proteção Civil como “Queda de árvores”, “Galgamentos costeiros”, “Deslizamentos de massas”, “Queda de elementos construtivos de imóveis para o interior dos mesmos e para a via pública”, “Inundações de vias”, “Inundações de habitações”, “Quedas parciais e totais de muros para a via pública”, “Abatimentos de piso na via pública” e “Incêndios urbanos”.

Cerca de 3,08ha do edificado do concelho encontra-se em classe de vulnerabilidade “Elevada” a Galgamentos Costeiros, 1,54ha em classe de suscetibilidade “Elevada” a Movimentos de Vertente, 0,16ha em área suscetível à Concentração Difusa de CO<sub>2</sub>, 0,08ha em classe de suscetibilidade “Elevada” para o risco de cheias fluviais. E 0,02ha das áreas industriais do concelho encontram em classe de suscetibilidade “Elevada” a Galgamentos Costeiros e 2,60ha em classe de suscetibilidade “Elevada” a Movimentos de Vertente.

Ao nível das Alterações Climáticas, o município tem o seu Plano de Ação Climática em processo de aprovação, tendo definido 36 ações de âmbito operacional para a sua implementação e orientações gerais para integração do PMAC nos PMOT.

Em 2020 registaram-se cinco (5) autos de notícia associados a “Recursos Hídricos”, 34 autos de notícia associados a “Resíduos” e um total de 245 autos relativos a infrações ambientais.

Por se considerar que podem não estar salvaguardadas as pessoas e os bens de alguns dos projetos previstos no Programa de Execução, ou devidamente detalhadas essas opções ou as salvaguardas previstas, é apresentado um conjunto de recomendações que devem ser devidamente ponderadas, nomeadamente na atual fase de elaboração da 2ª rPDM\_PD.

### **Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais**

De uma forma geral considera-se que a 2ª rPDM\_PD influencia de forma positiva ao nível dos “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”, tendo sido identificadas oportunidades significativas no que se refere à minimização e eliminação de situações/atividades que contribuem para a degradação das condições ambientais, essencialmente ao nível da biodiversidade, perspetivando-se um ordenamento e ajustamento dos usos, valorização de elementos patrimoniais, bem como de valorização paisagística.

Ainda assim, apesar da existência de uma parcela considerável do território classificada pelos valores naturais e paisagísticos, foram apresentadas pela AAE um conjunto de recomendações que surgiram essencialmente com o objetivo de reforçar e maximizar a concretização nesta proposta, e que se traduziram num complemento de proteção e valorização das espécies e habitats, permitindo à população usufruir dos benefícios prestados pelos serviços dos ecossistemas presentes e, simultaneamente, oferecer um conjunto de atividades turísticas relacionadas com esses valores naturais e paisagísticos

### **Recursos Naturais**

A 2ª rPDM\_PD apresenta efeitos positivos na gestão do solo e dos recursos agroflorestais. O plano aumenta a RAR em 305 hectares (+5%), consolidando a proteção de solos produtivos e reduzindo a pressão da expansão urbana sobre áreas agrícolas, enquanto a RE terrestre cresce 13,4%, reforçando funções de infiltração, proteção contra erosão e estabilidade geomorfológica. A delimitação do solo consolidado e a regularização de situações preexistentes promovem uma ocupação mais racional, prevenindo a artificialização desnecessária, enquanto a reabilitação urbana, a valorização de áreas degradadas, o reforço das áreas verdes e a melhoria das infraestruturas de saneamento consolidam a proteção do solo e a continuidade das funções ecológicas. Persistem, porém, ameaças relacionadas com potenciais áreas de impermeabilização localizada e fragmentação do solo associadas a infraestruturas previstas como a Via das Arribanas e a Variante às Capelas, bem como exclusões pontuais da Reserva Ecológica em zonas de elevada sensibilidade hidrológica, que podem comprometer a eficácia global da proteção do solo.

No domínio dos recursos agroflorestais, o plano promove a proteção das florestas existentes, preservando a cobertura vegetal, a estabilidade do solo e as funções hidrológicas e paisagísticas. As restrições à edificação e à ocupação do solo em áreas florestais garantem a continuidade dessas funções, particularmente em zonas de maior sensibilidade ecológica, como encostas declivosas, cabeceiras de linhas de água e setores de elevado valor paisagístico, incluindo o maciço das Sete Cidades. Contudo, a ausência de parâmetros quantitativos internos — como cobertura mínima ou densidade, composição de espécies — limita a avaliação da capacidade produtiva, resiliência e multifuncionalidade destas áreas.

Relativamente aos recursos geológicos, o plano não define mecanismos específicos de gestão ou valorização, limitando-se a manter a identificação das áreas de interesse geológico e os princípios gerais de ordenamento compatíveis com a preservação ambiental.

Ao nível dos recursos energéticos, o município apresenta um conjunto de ações que apresentam potencial para, de forma indireta, incutir uma gestão mais sustentável deste recurso, tais como a requalificação ou reabilitação do parque habitacional, alguns equipamentos sociais, ou a implementação de algumas UOPG. Estas medidas constituem oportunidades para

introdução de beneficiações ao nível da redução do consumo de recursos energéticos, nomeadamente, recursos de origem fóssil através da introdução de fontes renováveis, aquisição de conforto térmico e melhoria da eficiência energética no edificado, equipamentos coletivos e iluminação. A 2ª rPDM\_PD assegurará também a elaboração de um guia de boas práticas urbanísticas e apoio à aplicação do PDM que, em caso de efetiva implementação, poderá beneficiar a componente física e funcional do edificado existente, dotando-os de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais sustentáveis, tais como, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Ainda assim, considera-se que o Regulamento poderá já elencar alguns dispositivos legais que promovessem a sustentabilidade ambiental e energética do parque edificado construído em determinados espaços ou áreas edificadas (ou UOPG) e que obrigasse ou promovesse, através da criação de um sistema de incentivos, determinadas práticas ambientais e sustentáveis no novo edificado ou edificado a remodelar através, por exemplo, de introdução de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, equipamentos com superiores níveis de eficiência hídrica e energética, sistemas de domótica e gestão inteligente de energia, e uso de sistemas AQS baseados em energias renováveis.

Por outro lado, a 2ª rPDM\_PD carece de inclusão de projetos que concretizem as medidas e ações previstas no Plano de Mobilidade Sustentável do município, nomeadamente, as medidas previstas para os Objetivos Específicos 1, 4, 5 e 6, bem como as medidas previstas no mesmo âmbito pela Estratégia Ponta Delgada 2030, relativas à descarbonização no setor dos transportes e acessibilidades, tais como, investimentos na reorganização e reforço do sistema de transportes e em equipamentos e plataformas intermodais e que incentivem o uso de outros modos alternativos de transporte que não o veículo particular movido a fontes fósseis, dotando o território de opções para o uso de modos suaves de deslocação através da ampliação da rede ciclável e requalificação e expansão da rede pedonal, bem como postos de carregamento elétricos em parques de estacionamento e plataformas intermodais de transporte, entre outras medidas previstas e consideradas prioritárias nestes referenciais estratégicos pelo município.

### **Ordenamento e Qualificação territorial**

A 2ª rPDM\_PD evidencia ganhos relevantes na qualificação territorial, nomeadamente a redução da área total de solo urbano de 18% para 15%, refletindo uma estratégia de contenção da expansão territorial, e o reforço relativo do solo rural de 82% para 85%, diminuindo a pressão sobre áreas agrícolas e naturais. Observa-se maior rigor na delimitação do solo urbano consolidado, corrigindo sobredimensionamentos do plano anterior, e uma estruturação qualitativa do solo urbano, com diferenciação dos Espaços Urbanos a Consolidar (níveis I-III), permitindo modular densidades e funções. Regista-se ainda o reforço das áreas verdes urbanas (44,4 ha para 77,88 ha), valorização dos espaços naturais e culturais no solo rural (17% para 24%), concentração das UOPG em solo urbano para consolidação interna e redução da dispersão edificada, bem como requalificação da orla costeira e zonas balneares, promovendo melhorias ambientais e paisagísticas.

Por outro lado, persistem estrangimentos territoriais significativos. A fragmentação do solo rural decorrente de novas infraestruturas viárias (Variante às Capelas e Via das Arribanas) provoca redução da área produtiva, descontinuidade potencial da RAR, aumento da impermeabilização e alteração morfológica. Existe ainda o risco de indução de expansão

urbana associada à melhoria da acessibilidade, e a concentração das UOPG na cidade reforça polarização funcional e demográfica, com ausência de unidades em freguesias periféricas, limitando a qualificação urbanística e dinamização económica fora do núcleo central.

Ao nível dos serviços ambientais, a 2.<sup>a</sup> rPDM\_PD pretende promover a implementação de diversas UOPB, e a reabilitação de diversos edifícios habitacionais e equipamentos sociais, bem como a elaboração de um guia de boas práticas urbanísticas e apoio à aplicação do PDM. Os projetos definidos a este nível possuem potencial para reforçar a capacidade de se promover a eficiência no consumo de água, reduzir as dissonâncias ambientais (p.e. focos de poluição pela deposição de resíduos ou emissão águas residuais não tratadas), fortalecer a capacidade interna de recolha seletiva de resíduos e de práticas de reciclagem e valorização, incrementando a capacidade do metabolismo circular do município. A continuidade da implementação e alargamento do serviço de recolha seletiva de resíduos porta-a-porta, que começou a ser implementado em 2026, trará efeitos positivos ao nível da fração de resíduos urbanos sujeitos a reciclagem e valorização proporcionando um reaproveitamento superior do seu valor intrínseco e incorporação na cadeira de valor em detrimento do uso de recursos naturais como matérias-primas na produção de produtos (p.e. embalagens), respeitando conceitos como a circularidade de materiais, hierarquia de gestão de resíduos, contribuindo assim de forma mais significativa e transversal para a sustentabilidade ambiental das atividades de gestão de resíduos urbanos. Considera-se que as estas propostas irão contribuir para a melhoria das condições de edificabilidade e de coesão territorial, favorecendo a atratividade municipal. Em contrapartida considera-se que o Regulamento carece de um reforço ao nível das condições gerais de edificabilidade que salvaguardem a adoção das melhores tecnologias e equipamentos disponíveis em termos de eficiência hídrica no consumo de água potável em solo urbano, recolha seletiva e reutilização de resíduos (p.e. biorresíduos), e se promova a opção por soluções de reutilização de águas pluviais ou residuais quando tecnicamente viável, para fins menos exigentes, como lavagem de espaços exteriores ou rega de zonas verdes, Considera-se também que poderiam ter sido definidas no Programa de Execução ações que visem a potencial utilização das águas pluviais e residuais tratadas para fins menos exigentes.

Ao nível do sistema de transportes e mobilidade, a 2.<sup>a</sup> rPDM\_PD carece de inclusão de projetos que concretizem as medidas e ações previstas no Plano de Mobilidade Sustentável do município, nomeadamente, as medidas previstas para os Objetivos Específicos 2 e 4, bem como as medidas previstas no mesmo âmbito pela Estratégia Ponta Delgada 2030, relativas à reorganização e reforço do sistema de transportes públicos, através do reforço e qualificação das plataformas intermodais, planos de mobilidade específicos para determinados públicos (p.e. alunos, trabalhadores em parques empresariais ou industriais, turistas), melhoria da informação ao público, e criação de títulos intermodais.

### **Desenvolvimento Socioeconómico, Competitividade e Coesão Territorial**

A 2.<sup>a</sup> rPDM\_PD apresenta efeitos globalmente positivos ao nível do Desenvolvimento Socioeconómico, Competitividade e Coesão Territorial. Estes efeitos resultam da consolidação do papel estruturante da cidade de Ponta Delgada, da valorização das freguesias rurais e da promoção de uma lógica de desenvolvimento em rede. O reforço das acessibilidades, a expansão e qualificação dos equipamentos coletivos, a reabilitação urbana e a promoção de novas áreas para atividades económicas contribuem para melhorar a atratividade do território, potenciar a fixação de população e estimular o tecido empresarial local.

Destacam-se ainda, os efeitos positivos associados à diversificação da base produtiva, à requalificação de espaços industriais e logísticos e à valorização dos recursos endógenos, incluindo o turismo, a economia do mar e as atividades de proximidade. A aposta na reabilitação do edificado e na revitalização dos centros urbanos promove igualmente a eficiência no uso do solo e a dinamização do mercado habitacional, contribuindo para a reabilitação socioeconómica e funcional do território.

A redução global dos perímetros urbanos e o reforço das áreas verdes e de proteção enquadram uma estratégia mais contida de expansão urbana, favorecendo uma ocupação mais racional do solo e minimizando processos de dispersão urbana. Esta opção contribui para uma maior eficiência na gestão de infraestruturas ambientais e equipamentos, reforçando a sustentabilidade do concelho.

Contudo, poderão verificar-se alguns efeitos negativos, nomeadamente, associados à pressão imobiliária em áreas urbanas centrais e históricas, devido à valorização urbana e à dinamização turística, com possíveis consequências na acessibilidade à habitação e na permanência da população residente nestas áreas urbanas. Poderão ainda ocorrer pressões adicionais sobre infraestruturas e serviços em áreas de maior atratividade económica e turística, exigindo uma gestão adequada da capacidade instalada.

Em síntese, os efeitos significativos da 2.<sup>a</sup> rPDM\_PD no âmbito do FS “Desenvolvimento Socioeconómico, Competitividade e Coesão Territorial” são maioritariamente positivos, traduzindo-se numa aproximação às orientações estratégicas de desenvolvimento sustentável, coesão territorial e reforço da competitividade do concelho, desde que acompanhados por mecanismos de monitorização e medidas de mitigação que assegurem a coesão social e territorial.

